



**INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA  
CAMPUS BRASÍLIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

**FLÁVIA DE SOUZA BRITO**

**A VISITA DOMICILIAR COMO INSTRUMENTO SOCIOPEDAGÓGICO PARA A  
REFLEXÃO ENTRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE E A REALIDADE  
SOCIOECONÔMICA DISCENTE**

Brasília-DF  
Agosto / 2020

**FLÁVIA DE SOUZA BRITO**

**A VISITA DOMICILIAR COMO INSTRUMENTO SOCIOPEDAGÓGICO PARA A  
REFLEXÃO ENTRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE E A REALIDADE  
SOCIOECONÔMICA DISCENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Brasília do Instituto Federal de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Cíntia Nepomuceno Xavier

Brasília - DF

Agosto / 2020

B862 Brito, Flávia de Souza

A visita domiciliar como instrumento sociopedagógico para a reflexão entre a prática pedagógica docente e a realidade socioeconômica discente / Flávia de Souza Brito.  
119 f.: Il.

Orientadora: Dra. Cíntia Nepomuceno Xavier.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, 2020.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Realidade Socioeconômica. 3. Educação de Jovens e Adultos. 4. Visita Domiciliar. 5. Prática Pedagógica. I. Xavier, Cíntia Nepomuceno. II. Título.

CDU 377.8(81)

Catalogado por: (Juliana Detoni CRB1 - 2401)

Dedico à família, em especial à minha filha, aos amigos e a todas as pessoas queridas, que direta ou indiretamente contribuíram para este processo, bem como a todos os estudantes com os quais e para os quais eu trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, a princípio, a uma energia maior, que com sua dança nos movimenta e nos proporciona desafios, alegrias, tristezas, vitórias, lutas e tudo o que passamos. Assim, na sequência, cada pessoa ou grupo a/ao qual agradecerei está ou estão/estiveram em minha caminhada, contribuindo de formas diversas na concretização desta jornada acadêmica.

Agradeço à minha família (pai, mãe, irmãos e irmã), pois sem a sua colaboração não seria possível sequer a iniciação deste percurso. À minha filha Isabela, que mesmo sem a noção do desafio, inclusive por eu ter que exercer a maternagem paralelamente, motivou-me com o amor e a energia mais pura que existe, que é de uma criança.

Agradeço à Mariana Batista pelo apoio, carinho, compreensão e amor em parte do trajeto acadêmico e em boa parte da vida. Grata pela convivência amorosa!

Agradeço à minha orientadora, professora Cíntia Nepomuceno, pela condução compreensiva desse processo, valorizando e ajudando-me a confiar mais na minha produção.

Agradeço aos colegas do Instituto Federal de Goiás, *campus* Águas Lindas, que acompanharam as dificuldades enfrentadas na conciliação entre trabalho, maternagem e estudo, sempre trazendo palavras de fortalecimento.

Agradeço, à parte, ao amigo Wilton Bernardes pelo apoio, confiança, diálogos, incentivos e pela ajuda com o uso das tecnologias, apresentando-me recursos para auxiliar nas atividades acadêmicas.

Agradeço às amigas Kátia Katarina e Larissa Sena, que mesmo distantes, nunca foram ausentes, estando sempre preocupadas e atentas.

Agradeço à primeira turma do ProfEPT, *campus* Brasília, que parece ter sido escolhida a dedo, pois todos são maravilhosos dentro de suas diferenças, mas sempre formando uma unidade. Ninguém destoava!

Agradeço ao corpo docente do programa, igualmente admirável e sincronizado, que parece também, ter sido escolhido especialmente para seu fim. Todos abraçados neste programa com orgulho e carinho, justamente por encontrarem nele o entendimento de que a produção do conhecimento pode ser afetiva, humana e sem perder de vista o rigor científico.

Por fim, agradeço à Rede Federal de Ciência e Tecnologia, instituição da qual

orgulho-me de fazer parte como estudante e servidora, e que possui a proposta educacional mais inclusiva e conectada com a realidade social.

Se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência  
seria desnecessária.

(Karl Marx)

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado apresenta o instrumento técnico-operativo da visita domiciliar como elemento capaz de aproximar os docentes do cotidiano dos estudantes, tendo como guia um roteiro sociopedagógico que busca promover a reflexão entre a realidade experimentada no espaço privado do discente e a prática pedagógica em sala de aula. O principal objetivo é subsidiar o docente no ensino em contexto de pobreza e desigualdade social, relacionando a proposta político-pedagógica da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a realidade cotidiana do estudante da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do *campus* Águas Lindas, do Instituto Federal de Goiás. Esta pesquisa de abordagem qualitativa oferece como resultado o produto educacional “Roteiro Sociopedagógico para Visita Domiciliar” que, ao ter sua aplicabilidade avaliada por uma comissão de pesquisadoras/profissionais das áreas envolvidas, mostrou-se um elemento apto a auxiliar a prática docente, trazendo uma visão mais qualificada e reflexiva da realidade, considerando as especificidades dos sujeitos com os quais se trabalha. Seu percurso metodológico de utilização foi avaliado como pertinente e aplicável, capaz de contribuir para a transformação das ações educativas na área do Ensino. Outrossim, considera-se possível a sua execução também em outros contextos e modalidades. Logo, esse produto insere-se na problematização da proposta político-pedagógica da EPT e na realidade socioeconômica da cidade de Águas Lindas de Goiás, em especial dos sujeitos da EJA, tendo a visita domiciliar como instrumento de apreensão da realidade que influi na prática pedagógica docente no espaço formal de educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Profissional e Tecnológica. Realidade Socioeconômica. Educação de Jovens e Adultos. Visita Domiciliar. Prática Pedagógica.

## **ABSTRACT**

This master's thesis presents the technical-operative instrument of the Home Visit as an element capable of bringing teachers closer to the students' daily lives, having as a guide a socio-educational script that seeks to promote the reflection between the reality experienced in the private space of the student and the pedagogical practice in classroom. The main objective is to support the teacher in teaching in the context of poverty and social inequality, relating the political and pedagogical proposal of Professional and Technological Education (EPT) and the daily reality of the student of Youth and Adult Education (EJA) of the Águas Lindas campus, from the Federal Institute of Goiás. This qualitative research study results in the educational product "Socio-pedagogical Guide for Home Visits", which, having its applicability evaluated by a panel of researchers / professionals in the areas involved, proved to be an apt element to assist teaching practice, bringing a more qualified and reflective view of reality, considering the specificities of the subjects with whom one works. Its methodological course of use was qualified as relevant and applicable, capable of contributing to the transformation of educational actions in the area of Teaching. Furthermore, it is considered possible to execute it in other contexts and modalities as well. Therefore, this producer is part of the problematization of the political-pedagogical proposal of EPT and the socioeconomic reality of the city of Águas Lindas de Goiás, especially of the subjects of EJA, having the home visit as an instrument to apprehend the reality that influences the pedagogical practice teacher in the formal education space.

**KEYWORDS:** Professional and Technological Education. Socioeconomic Reality. Youth and Adult Education. Home visit. Pedagogical Practice

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAE – Coordenação de Assistência Estudantil

CAPD – Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

COVID-19 – Corona Vírus Disease (Doença do Coronavírus), enquanto “19” se refere ao ano de surgimento, quando os primeiros casos em Wuhan, na China, foram divulgados.

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

DAA – Departamento de Áreas Acadêmicas

EJA – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

EPT– Associação Brasileira de Normas Técnicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFG – Instituto Federal de Goiás

LDB – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

NAPNE – Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas

OMS – Organização Mundial da Saúde

RAI – Registro de Atendimento Integrado do estado de Goiás

SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
1 INTRODUÇÃO.....	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
3 METODOLOGIA.....	30
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	47
APÊNDICES.....	49
ANEXOS.....	112

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho surge da inquietação advinda de minha prática profissional enquanto Assistente Social na área da Educação. A partir do trabalho cotidiano na Coordenação de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Goiás, *campus* Águas Lindas, é possível perceber que o desconhecimento da realidade dos sujeitos com os quais se trabalha pode contribuir para relações conflituosas entre docentes e discentes. Em algumas situações esses conflitos acarretam desistência por parte do estudante, em específico, quando se trata da Educação de Jovens e Adultos, que lida com pessoas que estão, por vezes, afastadas por tempo significativo do espaço formal de educação e que, além de trazerem questões próprias da vivência adulta, como a maternagem, as obrigações com o provimento da casa, da família e trabalho, têm suas dificuldades potencializadas por estarem em contexto de pobreza e desigualdade social.

Assim, o sujeito da Educação de Jovens e Adultos carece de maior atenção, tendo em vista que carrega outras variáveis a serem consideradas, incluindo o retorno ao espaço (escola) onde não conseguiu no tempo dito devido, finalizar sua formação básica. Isso, por si, demanda olhar mais atento sobre as questões que podem afetar o processo de ensino e aprendizagem em sala de aula.

Como profissional do Serviço Social na área da Educação, além de ter como compromisso ético pessoal e profissional o combate a toda forma de preconceito e discriminação, devo fomentar a inclusão a partir da perspectiva de que a escola é espaço de reconhecimento da diversidade. É preciso considerar diversidade no seu amplo aspecto, de acolhimento dos sujeitos, conhecendo, respeitando e fazendo o ensino dialogar com suas peculiaridades. Para tanto, é necessário promover o encontro da escola com a realidade regional e pessoal dos estudantes, uma vez que ela é o espaço em que essa diversidade se expressa.

Dessa forma, faço uso de um instrumento de apreensão habitualmente utilizado pelo Serviço Social porque enxerguei a possibilidade de construção de uma ponte que possa levar o docente à compreensão desse contexto por meio da experimentação dos elementos externos à escola, com vistas a impactar no processo de ensino e aprendizagem, contribuindo, assim, para que se efetive a proposta político-pedagógica de formação humana integral da EPT, por apresentar o

aluno e sua realidade como centrais no processo. Acredito que devemos conhecer a história, as influências, as possibilidades e limitações que o modo de viver e trajetórias de vida dos estudantes, trazem.

A visita domiciliar não se configura, por si só, como instrumento capaz de apresentar o cotidiano. Ela necessita de elementos que promovam a leitura crítica no ato de apreender a realidade. Foi desta forma que surgiu o produto educacional, como elemento apto a guiar o olhar do docente para os aspectos socioeconômicos, socioculturais e sociopedagógicos, fazendo-o refletir sobre em que medida estes aspectos impactam no processo educativo em sala de aula.

Assim, para o desenvolvimento do trabalho foi necessário fazer a intersecção teórica de algumas temáticas, como a proposta político-pedagógica da EPT, o sujeito da Educação de Jovens e Adultos, a realidade socioeconômica do município de Águas Lindas, a visita domiciliar como instrumento de apreensão da realidade e a prática pedagógica docente.

Nesse íterim, um roteiro sociopedagógico de visita domiciliar foi criado com a intenção de subsidiar a prática docente no contexto de pobreza e desigualdade social, colaborando para ações mais condizentes com o perfil do público com o qual se trabalha. Essa criação foi baseada na indagação de como a aproximação com o cotidiano dos estudantes pode promover a reflexão docente a respeito da relação entre a realidade socioeconômica desse público e a prática de ensino em sala de aula, e pode melhorar esta relação por meio de uma proximidade reflexiva.

Diante da impossibilidade da aplicação imediata do produto, foi feita uma avaliação da aplicabilidade e pertinência por uma comissão de profissionais/pesquisadoras das áreas envolvidas. A partir desta, foram sugeridas e acatadas diversas melhorias para o aperfeiçoamento do produto, passando este a ser um momento de construção coletiva interdisciplinar e criação de resultados.

A avaliação participativa apontou como favorável o percurso metodológico apresentado e os instrumentos (questionários pré e pós-visita domiciliar) que fazem parte do produto educacional “Roteiro Sociopedagógico para Visita Domiciliar”. Também foi avaliado como pertinente e aplicável, podendo servir como um Caderno de Orientações aos docentes, por possibilitar o conhecimento e a aproximação com a história cultural e familiar, as experiências educacionais vivenciadas, os valores e contexto socioeconômico dos estudantes. Dessa forma, o produto educacional desta

pesquisa pode auxiliar o desempenho da função dos professores como mediadores do conhecimento e agentes de fomento da transformação social por intermédio da educação formal. Pretende-se estimular, assim, o desenvolvimento de discentes altruístas, engajados, capazes de respeitar e criar possibilidades de mudar a própria história. De outro lado, almeja-se que possa contribuir com a educação profissional do professor e, conseqüentemente, com a melhoria de suas práticas na medida em que permitirá a este conhecer de forma mais detalhada e profunda a realidade que o cerca. Com isso, o docente será estimulado a analisar se suas ações pedagógicas estão coerentes ou se precisam de ajustes para melhorar o processo de ensino e aprendizagem e o sucesso acadêmico dos alunos.

Nesse sentido, o conteúdo desta pesquisa pode ser adaptado para ser utilizado em outros níveis da educação, contribuindo, também, na política de permanência e êxito da instituição, mostrando como determinados aspectos da vida do estudante interferem na atenção, na concentração, nas emoções, na forma como esse aluno vê a vida, a sociedade, e a importância de uma proposta que enxergue o processo educativo de forma crítica e ampliada, como um elemento de transformação pessoal e social.

## 1 INTRODUÇÃO

A proposta político-pedagógica de formação humana integral<sup>1</sup> da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica requer que se tenha como base o conhecimento e a aproximação da realidade concreta. Esta exigência ocorre, em específico, para o professor, que é linha de frente do processo educacional, pois lida direta e diariamente com os estudantes e necessita compreendê-los como sujeitos que trazem potencialidades, mas, sobretudo, limitações advindas, inclusive, de suas realidades socioeconômicas. Estas limitações impactam diretamente no aprendizado em sala de aula.

Paulo Freire aponta que o compromisso do profissional de educação implica no conhecimento da realidade:

Na medida em que o compromisso não pode ser um ato passivo, mas práxis - ação e reflexão sobre a realidade -, inserção nela, ele implica indubitavelmente um conhecimento da realidade. Se o compromisso só é válido quando está carregado de humanismo, este, por sua vez, só é consequente quando está fundado cientificamente (FREIRE, 1997, p. 25).

Para falar em integralidade, é preciso que se considere e conheça o que o estudante vive/passa para além do espaço formal<sup>2</sup> de educação. Partindo da compreensão de que o processo educativo é contínuo, que se dá nas relações, vivências, experiências e espaços diversos, não há como ignorar o vínculo e a correspondência entre a educação informal<sup>3</sup>, do espaço privado familiar e a educação institucionalizada.

‘A verdade é o todo’. Com base nesta ideia hegeliana, compreendemos o conteúdo da proposta de ensino integrado e consideramos o desafio de pensar práticas pedagógicas que nos aproxime de uma leitura ampla da realidade, mesmo que reconhecemos a impossibilidade de uma apropriação cognitiva desse ‘todo’ (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015, p.62).

---

<sup>1</sup> No PPPI (2018, p.3) e na prática educativa, postula-se a defesa da formação omnilateral, ou seja, verdadeiramente integral do ser humano, pressupondo, portanto, estabelecer nos currículos e na prática político-pedagógica da Instituição a articulação entre educação, cultura, arte, ciência e tecnologia, nos enunciados teóricos, metodológicos, políticos e pedagógicos da ação educativa institucional.

<sup>2</sup> A educação formal compreenderia “o ‘sistema educacional altamente institucionalizado, cronologicamente graduado e hierarquicamente estruturado que vai dos primeiros anos da escola primária até os últimos da universidade” (GHANEM; TRILLA; ARANTES, 2008, p. 32).

<sup>3</sup> Educação informal “um processo que dura a vida inteira, em que as pessoas adquirem e acumulam conhecimentos, habilidades, atitudes e modos de discernimento por meio das experiências diárias e de sua relação com o meio” (GHANEM; TRILLA; ARANTES, 2008, p.33).

Dessa forma, busca-se assimilar de que maneira a aproximação com o cotidiano dos estudantes pode promover a reflexão docente a respeito da relação entre a realidade socioeconômica desses sujeitos e a prática pedagógica docente de sala de aula.

Para tanto, faz-se necessária a compreensão de que proposta educacional estamos falando, qual a necessidade de alcançar a realidade do sujeito a partir desta, e que instrumento pode ser utilizado pelo docente para que conheça essa realidade e para que possa aprimorar sua prática pedagógica a partir da aproximação com a mesma.

O Instituto Federal inicia suas atividades no município, conforme relatório de estudo para implantação do *campus*, do Observatório do Mundo do Trabalho, para:

Atuar com vistas a promover ações educativas e culturais bem como a co-protagonizar arranjos (produtivos, sociais e culturais) locais, de modo a proporcionar projetos e processos sociais que estimulem a organização da sociedade civil, a elevação cultural e escolar e a contornar diversos problemas sociais na sociedade local. Neste sentido, ocupa grande importância o desenvolvimento de políticas, programas e projetos, sobretudo de pesquisa e extensão, orientados para a intervenção institucional de reversão deste quadro. (OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO, 2013, p. 51).

Nesse sentido, conhecendo a função social<sup>4</sup> desta instituição, é preciso, então, pensar de que forma se comprometem também seus servidores, em específico os professores, para o êxito desta proposta.

A instituição, por ser federal, recebe servidores docentes de todas as regiões do país, vindos, muitas vezes, de realidades socioeconômicas totalmente diversas à da cidade e, conseqüentemente, dos estudantes. Apesar de ser notório que estão em uma região onde a pobreza e a desigualdade social fazem parte do contexto, somente a observação não promove reflexões, para fins pedagógicos, acerca do grau de influência desta realidade no processo de ensinar e aprender em sala de aula.

Portanto, é relevante que se promova ações para que estes docentes reflitam

---

<sup>4</sup> A função social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás é a de constituir-se e a de enraizar-se enquanto instituição pública, universal, gratuita, inclusiva, democrática, laica e qualitativamente referenciada, estruturada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na formação integrada, bem como nos princípios da territorialidade e da verticalização como forma de responder às demandas dos arranjos produtivos e socioculturais locais e regionais (PDI/IFG 2019/2023 p.13).

em que nível a pobreza e a desigualdade social, presentes no cotidiano dos estudantes do IFG, *campus* Águas Lindas, influenciam ou podem influenciar no processo de ensino aprendizagem. Desse modo, pode-se fomentar a noção de que a prática pedagógica não pode estar desconectada do que estes estudantes vivenciam em seus lares e com suas famílias, em específico, o público da EJA, que apresenta, historicamente, maior vulnerabilidade social. Então, como forma de se aproximar dos estudantes e imergir em suas rotinas, a visita domiciliar está posta como potencial instrumento de apreensão da realidade, guiado por um roteiro sociopedagógico, com o objetivo de subsidiar a prática docente a partir do contato com a realidade socioeconômica dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos do *campus* Águas Lindas.

A produção científica mostrou-se capaz de cumprir com seus objetivos específicos de aproximar o espaço formal de educação da sala de aula, do espaço informal de educação do estudante; de criar uma ferramenta orientadora (Roteiro Sociopedagógico para Visita Domiciliar) que possibilite a aproximação docente da realidade socioeconômica discente, e de elaborar orientações para auxiliar as práticas docentes em contexto de pobreza e desigualdade social.

O alcance dos objetivos geral e específicos foi avaliado por meio de uma comissão de profissionais pesquisadoras da área de Educação/Ensino, para além de um instrumento guia, utilizado no ato da visita domiciliar, capaz de promover reflexões sobre e aproximação entre os espaços educacionais, sirva, também, como um caderno de orientações para que se possa compreender as variáveis que impactam o ensino em contexto de pobreza e desigualdade social, na impossibilidade da visita. Dessa forma, o trabalho faz o entrecruzamento de questões que precisam ser pensadas para que o produto seja significativo e capaz de contribuir para a área do Ensino, no processo formal de educação.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### **Proposta político-pedagógica da Educação Profissional e Tecnológica**

Em se tratando de uma instituição educacional, é fundamental saber em que orientação político-pedagógica se baseia e que tipo de formação pretende. Nesse sentido, ressalta-se, primeiramente, que a totalidade, o contexto, a humanização, a cultura e a possibilidade de transformação social configuram essa proposta. Conforme Pacheco,

O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, de princípios e de valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (PACHECO, 2008, p. 4)

Diante dessa proposição de educação e da conjuntura local, fica evidente a função social que o Instituto Federal do Goiás traz. Logo, toda a prática - e em específico, a pedagógica - para a qual se volta o olhar precisa estar entrosada com a vivência de seus discentes. Nesse contexto,

(...) deve-se compreender como responsabilidade social do IFG a atuação em prol da inclusão social, do desenvolvimento social e econômico justo e da defesa e da preservação do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. Essa responsabilidade social deve envolver as atividades de ensino, pesquisa e extensão no relacionamento com as comunidades internas e externas (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, 2012/2016, p. 16).

Dessa forma, o que se percebe é uma proposta educativa que está pautada na transformação emancipatória do estudante e de seu contexto e, para que ocorra, é necessário que seus educadores estejam atentos para a realidade da região e do cotidiano do público com o qual trabalham. Assim, todos os elementos pedagógicos e de gestão devem se voltar para atender às demandas trazidas e vividas por essas pessoas. Logo, o que é preciso fazer não é ajustar o estudante a práticas

desconectadas de sua realidade e que ignorem seu saber, vivências, limitações e potencialidades, mas o contrário, trazendo-o para o centro do processo.

Esta proposta, que se pretende transformadora, tem função social definida a partir de um modelo societário específico. Conforme Libâneo (2014), o Brasil é um país capitalista periférico com graves problemas educacionais e historicamente tem procurado resolvê-los importando modelos e reflexões pedagógicas desenvolvidas em países centrais e com características sociais e em estágios de desenvolvimento econômico diversos do seu.

Assim, quando se propõe um modelo pedagógico baseado no real, dá-se protagonismo ao sujeito, seu espaço privado e coletivo, e no que ele traz como experiência de vida, buscando ações educativas mais condizentes com a existência daqueles que pertencem ao contexto de pobreza e desigualdade social no qual a instituição está posta, e que é próprio do sistema econômico no qual estão inseridos.

De acordo com Libâneo (2014), a qualidade e o sucesso do ensino emancipatório são inseparáveis das características econômicas, socioculturais e psicológicas da clientela atendida. Logo, o real se estabelece como pano de fundo para esta forma de educar, exigindo o diálogo do ensino institucionalizado com o que se apresenta externamente.

### **Realidade Socioeconômica de Águas Lindas de Goiás**

Para a compreensão da realidade da cidade de Águas Lindas, faz-se necessário saber o que é a pobreza e a desigualdade social. Pobreza é um fenômeno complexo, multifacetado, referente não só a privações materiais, mas também à carência de oportunidades para se levar uma vida em condições dignas. Conforme Codes (2008), a pobreza se manifesta num caráter multidimensional, pois as várias carências e fatores socioeconômicos cruzam-se e estão interligadas, tratando-se de uma armadilha mais social do que econômica. Logo, podemos denominar desigualdade social como o alcance injusto e dificultado dos recursos materiais ou simbólicos, consequentes das divisões sociais.

A partir deste entendimento, os dados nos permitem compreender as características de um determinado grupo ou região, expondo seu nível de pobreza e desigualdade social. O município de Águas Lindas, onde se situa o *campus* do

Instituto Federal de Goiás, possui população formada, em sua maioria, por pessoas advindas da região Nordeste, ou do Distrito Federal, atraídas pela possibilidade de moradias e condições de sustento mais baratas. É caracterizada como cidade dormitório e a maioria de sua população trabalha no Distrito Federal, assim como também se utiliza, em grande parte, dos equipamentos públicos do DF, tendo em vista a escassez e precariedade dos equipamentos públicos da cidade, tais como hospitais, postos de saúde, escolas municipais, estaduais, delegacias, entre outros.

Possui alto índice de criminalidade, analfabetismo, infraestrutura precária, nenhum espaço público voltado para o entretenimento, arte e cultura, somados ao alto índice de desemprego e subempregos da população.

Está situada no entorno norte do Distrito Federal, ficando a cerca de 200 km da capital goiana e a 50 km da capital do país. É a quinta cidade mais populosa do estado com, aproximadamente, 207 mil habitantes, conforme dados divulgados pelo IBGE, em 2018.

É uma jovem cidade, com apenas 24 anos, e cresceu de forma desordenada, sem planejamento. Dispõe de infraestrutura inadequada, em que há bairros sem asfalto e sem rede de esgoto (apenas 19% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado). Ainda, possui grau de analfabetismo de 3,34%;

Parte expressiva da população economicamente ativa trabalha no DF, conferindo aproximadamente 57,9% do total. O arranjo produtivo local se baseia em pequenos comércios. A comunidade urbana de Águas Lindas de Goiás apresenta-se predominantemente feminina, com 103.862 mulheres (50,23%), e 102.896 homens (49,77%). A população é, em grande parte, formada por jovens entre 15 e 39 anos (67,68%). O grupo de população idosa (acima de 60 anos) representa 8,03% do total, e a população infantil, 24,29%. Quanto à cor/etnia/raça, a predominância é negra, considerando-se pretos e pardos (69,24%) e parte prevalente da população estudantil frequenta escolas públicas (80%), conforme o Relatório Preliminar Codeplan (2018).

A renda *per capita* dos 20% mais pobres equivale a R\$ 182,5, com uma taxa de 48,7% de crianças vulneráveis à pobreza. Águas Lindas está entre as cinco cidades goianas mais violentas, fazendo parte dos 123 municípios que concentram metade dos homicídios do país, conforme dados do mapa da violência do Ipea (2018).

A cidade apresenta equipamentos públicos insuficientes para atendimento à

população. Em se tratando de lazer e esporte, dispõe de poucas praças e quadras. Entretanto, há um *shopping*, com cinema, que é o espaço de passeio/lazer para aqueles que podem pagar. Sobre o perfil do município, o Observatório do Mundo do Trabalho, diz:

O crescimento acelerado e, em certa medida, desordenado da população do Município de Águas Lindas de Goiás, a exemplo dos demais municípios a oeste da Microrregião do Entorno de Brasília, tem concorrido para uma grande pressão sobre os serviços sociais básicos oferecidos por parte do governo municipal para a população, em especial segurança, saúde e educação. O quadro social é agravado por meio do desemprego e do subemprego da população jovem e da precarização das moradias das camadas sociais de baixa renda. Esse contexto tem proporcionado condições favoráveis para o avanço da dependência de drogas e da criminalidade, mas também da criminalização dos pobres e do abuso da força policial. Tem proporcionado, ainda, o robustecimento dos métodos e mecanismos políticos demagógico-populistas, tendo em vista a desmobilização popular e controle social, de um lado, e a instrumentalização do poder público municipal por parte das elites políticas locais, inclusive religiosas, por outro. (OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO, 2013, p. 49).

É a partir dessa realidade que deve se estabelecer uma prática pedagógica que tenha compromisso com a mudança, embora nem sempre, esta prática consiga se efetivar. Comum a uma visão superficial desse contexto, que é baseada no aparente, as ações cotidianas dos educadores acabam, em algumas situações, não promovendo transformações. A transformação como parte de um modo específico de educar torna-se possível quando conectores capazes de aproximar e aprofundar o conhecimento docente a respeito da história de vida cotidiana do estudante são encontrados, evidenciando a complexidade do processo no espaço institucionalizado de educação.

Logo, conhecer a região implica no conhecimento do sujeito pertencente a ela, que se apresenta como público alvo das práticas educativas dessa instituição.

## **O sujeito da Educação de Jovens e Adultos**

Tendo como base os pressupostos da pedagogia libertadora freiriana<sup>5</sup>, como a

---

<sup>5</sup> Não é próprio da pedagogia libertadora falar em ensino escolar, já que sua marca é a atuação “não-formal”. Entretanto, professores e educadores engajados no ensino escolar vêm adotando pressupostos dessa pedagogia. Assim, quando se fala na educação em geral, diz-se que ela é uma atividade na qual professores e alunos, mediatizados pela realidade que apreendem e da qual extraem o conteúdo

leitura da realidade, o diálogo, a relação horizontal entre professor e aluno, o afeto, sobretudo em se tratando da Educação de Jovens e Adultos, é preciso considerar, por seus históricos de vida, de negação e violação de direitos, que eles trazem consigo feridas profundas.

Para Arroyo (2005, p. 42), "os jovens e adultos que voltam ao estudo, sempre carregam expectativas e incertezas à flor da pele". Assim, conhecer a narrativa de vida desses estudantes, bem como seus problemas e entraves, é essencial ao docente. Isto deve ocorrer por meio de uma prática afetiva, do diálogo contínuo, respeitando e sempre estando atentos às suas histórias de vida, humanizando mais o ensino nessa modalidade.

Conforme Martinatti (2010), a educação tardia de jovens e adultos relaciona-se diretamente à situação socioeconômica destes, ou seja, à distribuição de renda, consumo de alimentos, desnutrição, inserção no mercado de trabalho, entre outros. São sujeitos com nome, mas sem registro, isto é, sem certidão de nascimento, muitas das vezes. Nesse sentido, são sujeitos afastados das benesses sociais, dos significados de cidadania, enfim, da inclusão social e, por isso, são obviamente preteridos de um mercado de trabalho oficial, sem direito à moradia e outras condições dignas de existência.

A família/casa como espaço informal de educação traz elementos essenciais quando se precisa pensar em que medida nossas circunstâncias sociais e históricos familiares nos colocam em melhores ou piores condições de aprendizagem em sala de aula.

Esta atuação em lugar distinto ao espaço institucionalizado pode trazer reflexões e curiosidades ao docente acerca de seu processo, suas potencialidades e implicações em relação aos alunos, às famílias, à escola e à educação.

A legislação também situa a educação como um processo que vai para além da sala de aula. A começar pela Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 205, afirma que a educação é direito de todos e dever compartilhado entre o Estado e a família. Logo, não devemos pensar somente a quem compete, mas em que espaços estes responsáveis pelo processo educacional se encontram e como atuam.

O Estado ocupa o espaço formal de educação, qual seja, a escola. A família, por sua vez, ocupa o espaço informal de educação, a casa, mas deve se co-

---

de aprendizagem, atingem um nível de consciência dessa mesma realidade, a fim de nela atuarem, num sentido de transformação social (LIBÂNEO, 2014, p. 34).

responsabilizar pela apresentação e frequência do aluno na escola.

Também a Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, traz um estímulo para esta relação. Primeiramente, deixa explícita a dimensão da educação, quando diz, em seu Artigo 1º, que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Já o inciso 6 do Artigo 12 mostra a necessidade de aproximação e vínculo entre escola/família, dizendo que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema, terão a incumbência de articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”. Ainda na LDB merece atenção o inciso VI do Artigo 13, o qual diz que

Os docentes incumbir-se-ão de colaborar com as atividades de articulação da escola, com as famílias e a comunidade, evidenciando a importância da relação entre escola e família, enfatizando a pertinência de seu estudo, além da proposição de práticas articuladoras diversificadas, que favoreçam o processo educacional e cidadania dos nossos alunos.

A legislação educacional prevê a articulação da escola com a vida cotidiana. É nesta cotidianidade que se pode buscar a essência dos fenômenos sociais que causam impacto nas relações de ensino e aprendizagem do público que se atende. O estudante da Educação de Jovens e Adultos expressa mais comumente estes fenômenos, pois as responsabilidades da vida adulta os colocam em condições mais delicadas, sobretudo, por estarem retornando à escola, depois de um rompimento, muitas vezes, prolongado com a dinâmica e o espaço institucional de educação.

Assim, a EJA é um campo específico, com particularidades que devem ser observadas com um olhar mais atento, pois trazem, para além das desigualdades sociais, comumente partilhadas por todos, questões que, via de regra, são próprias da vida adulta, como a maternidade/paternidade e as responsabilidades financeiras e de provimento do sustento, entre outras.

Logo, pensando em práticas articuladoras diversificadas, que favoreçam esta relação escola/família e especificidades do estudante, é que se fazem necessárias pontes ou elementos mediadores para a reflexão sobre os fatores sociais e econômicos que impactam no processo de aprendizagem de jovens e adultos em contexto de exclusão social.

## **A visita domiciliar como instrumento de apreensão da realidade**

A visita domiciliar é uma ferramenta oportuna dentro de uma perspectiva progressista de educação, tendo em vista que se considera o espaço privado do estudante (casa/família), para fins de reflexão sobre a prática pedagógica de sala de aula. Conforme Libâneo,

O termo “progressista” emprestado de Snyders<sup>6</sup>, é usado aqui, para designar as tendências que, partindo de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação. Evidentemente a pedagogia progressista não tem como institucionalizar-se numa sociedade capitalista; daí ser ela um instrumento de luta dos professores ao lado de outras práticas sociais (LIBÂNEO, 2014, p. 33).

Este instrumento de apreensão da realidade traz potencialidade para ser o elo de reflexão proposto entre a prática pedagógica docente em sala de aula e a realidade socioeconômica do estudante.

Essa busca da compreensão da realidade de forma mais próxima e aprofundada estimula a consideração sobre o impacto dos problemas socioeconômicos em sala de aula e a forma como os docentes lidam com estas questões, expressas em suas práticas. Assim, esta possibilidade de ponderação, vivenciada a partir da visita, contribui para que novas práticas e relações se criem dentro do espaço institucional. Relações e práticas mais humanizadoras, que levem em conta aquilo que o estudante vivencia para além do espaço formal de educação. Servem também como estratégia, parte de um plano de formação continuada na instituição, colaborando para que se efetive a proposta de Educação Humana Integral, que pede o conhecimento da realidade dos sujeitos com os quais se trabalha.

A visita domiciliar, dada sua importância e condição estratégica para o conhecimento sobre a realidade cotidiana, requisita ser conduzida de modo técnico e científico, ou seja, alicerçada em procedimentos estruturados, consistentes e internamente articulados (AMARO, 2014, p.20).

Nesse sentido, a visita domiciliar é um instrumento que possibilita perceber a rotina dos estudantes no seu ambiente de convivência familiar e comunitária, e “tem

---

<sup>6</sup> Cf. George Snyders, Pedagogia progressista.

como objetivo conhecer as condições (residência, bairro) em que vivem tais sujeitos e apreender aspectos do cotidiano das suas relações, aspectos esses que geralmente escapam à entrevista de gabinete” (MIOTO, 2001, p.148).

Assim, estar no local onde os estudantes passam a maior parte do tempo, de onde organizam suas vidas, suas famílias e seus hábitos, permite conhecer melhor sua cultura, anseios, e outros aspectos que podem revelar as possibilidades e os limites aos quais estão submetidos. Portanto, o contato com a realidade concreta, de forma reflexiva, pode colaborar para que as práticas docentes sejam pensadas a partir do sujeito possível, e não do sujeito ideal.

A realidade social dos indivíduos e/ou famílias é traduzida a partir de movimentos complexos, que são dificilmente identificados e compreendidos dentro do imediato. Desse modo, é preciso uma maior aproximação da vida cotidiana dos indivíduos, para que se perceba de que forma as diversas dimensões desses sujeitos se inter-relacionam e influenciam no desenvolvimento social. Várias questões que interferem na aprendizagem, dizem respeito a fatores que não estão expressos verbalmente e nem são visualmente identificáveis.

Dessa forma, um instrumento técnico operativo que possibilite aprofundamento, contribui para a efetivação de uma proposta político-pedagógica como a da Educação Profissional e Tecnológica, proporcionando reflexões capazes de cooperar com práticas pedagógicas alinhadas.

### **A prática pedagógica no espaço formal de educação**

A forma como os educadores lidam com o processo de ensino e aprendizagem no espaço formal é capaz de despertar no educando a satisfação em estar nessa busca de conhecimento, como também pode tornar essa vivência dificultosa e desinteressante. Conforme Franco,

Práticas pedagógicas são práticas sociais que se organizam para dar conta de determinadas expectativas educacionais de um grupo social. Duas questões mostram-se fundamentais: articulação com as expectativas do grupo e existência de um coletivo (FRANCO, 2012, p. 162).

Diante desta definição, entende-se que o fazer pedagógica está relacionado com a existência de um determinado conjunto social. Por conseguinte, necessita

dialogar criticamente com o contexto no qual este coletivo está posto, seu perfil, suas necessidades, expectativas e limitações.

Ao buscar uma formação através de práticas reflexivas, entendemos que a prática profissional é geradora de conhecimento e que, ao refletir sobre uma experiência profissional, o professor tem a possibilidade de [...] conhecer, analisar, avaliar e questionar a sua própria prática docente, assim como os substratos éticos e de valor a ela subjacente (GARCIA, 1999, p. 153).

A reflexão sobre a ação, vinda do contato com o real, pode situar o docente que, ocasionalmente, vem de uma formação tradicional, vertical, descontextualizada, que considera conteúdos fechados e não o sujeito. Além disso, considera também sua criação, pois há docentes que advêm de realidades distintas da que se apresenta, sem contato ou com contato distante, com a pobreza e a desigualdade social.

A ação refletida é capaz de trazer à tona a percepção de que todo educador em contexto de pobreza e desigualdade social é um mediador e um agente transformador, fazendo-o reconhecer que, para além da função de ensinar, ele deve estar imbuído de um compromisso ético e social. Não implica, entretanto, em dizer que o professor deva exercer funções e atribuições que não pertencem à sua formação ou que extrapolem os limites da escola. Implica, sim, em dizer que, para qualquer função que se exerça, dentro de uma educação que se propõe transformadora, o profissional educador precisa estar em conexão com o real, e que conexão com o real exige aproximação e conhecimentos básicos sobre as manifestações das questões culturais, políticas, sociais e econômicas que se expressam na vida de seu público alvo, os alunos.

O desenvolvimento de uma prática reflexiva de professores busca que estes reflitam “na” e “sobre” a ação educativa. A reflexão na ação permite a criação de esquemas teóricos a partir do conhecimento tácito, esse conhecimento é possível a partir da postura reflexiva que o professor toma no momento de uma situação problemática ou no curso da ação. A reflexão sobre a ação consiste na análise da experiência ou problemática vivenciada, em momento posterior às mesmas, gerando novos conhecimentos, mais reflexivos (DAY, 2001, p. 29).

Lidar com alunos com os quais se pretende uma formação íntegra exige, pois, que se tenha a capacidade de transitar por outros saberes para que possa dar conta da complexidade, mas também riqueza, que é formar um sujeito em suas

multidimensões.

Conforme Libâneo (2013), o trabalho docente é uma das modalidades específicas da prática educativa mais ampla que ocorre na sociedade. Para compreendermos a importância do ensino na formação humana, é preciso considerá-lo no conjunto das tarefas educativas exigidas pela vida em comunidade.

A dinâmica social, política e econômica de um dado modelo de sociedade se apresenta em sala de aula, por meio de seus estudantes. Logo, o estreitamento da relação realidade cotidiana do aluno e prática docente permite que, ao “ler” o estudante, o professor compreenda que a integralidade está expressa na vida, e que educação é para além da transferência de conteúdos: é uma prática situada onde o contexto deve interferir em sala de aula e esta se torna espaço de diálogo e transformação de pensamentos. Conseqüentemente, configura-se como espaço de mudança de vidas, que se mostram no agir desses sujeitos fora do espaço escolar, na vida coletiva. Nesse ínterim, de acordo com Libâneo,

A característica mais importante da atividade profissional do professor é a mediação entre o aluno e a sociedade, entre as condições de origem do aluno e sua destinação social na sociedade, papel que cumpre provendo as condições e os meios (conhecimento, métodos e organização do ensino), que asseguram o encontro do aluno com as matérias de estudo. (LIBÂNEO, 2013, p. 48).

Entende-se que a prática pedagógica docente se apresenta também como social, conforme LIBÂNEO (2014), ao fazer da experiência social concreta dos alunos a própria trama do trabalho pedagógico, sobre a qual se introduz o conteúdo científico das matérias, está-se concebendo o conhecimento como uma atividade inseparável da prática social. (p.81). Logo, a escola é uma instituição situada no espaço e no tempo, tal deve ser o ensino que nela se apresenta.

### 3 METODOLOGIA

O estudo possui uma abordagem qualitativa e, por possibilitar a problematização dos modos referentes à prática cotidiana do público alvo, possui característica formativa, visando aspectos subjetivos das ocorrências sociais que impactam no processo de ensino e aprendizagem e na relação professor/aluno. Os sujeitos beneficiados da pesquisa são os professores da Educação Profissional e Tecnológica no Ensino Médio e os estudantes da Educação de Jovens e Adultos, do curso técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio, do campus Águas Lindas, do Instituto Federal de Goiás.

Quanto aos procedimentos técnicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental que, conforme Gil (2008) assemelham-se, tendo como única diferença a natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico. A pesquisa buscou, de forma explicativa, conciliar produções e dados sobre questões centrais na construção do estudo proposto, fazendo a intersecção entre pontos que cooperam para a necessidade de conhecimento da história de vida dos sujeitos, que ocorrem no espaço externo e que influenciam no espaço formal de educação.

Para a percepção desta necessidade, foram trazidos autores como Freire, que versa sobre o compromisso do profissional da educação a partir do conhecimento da realidade, e Kosik, que traz a realidade como unidade entre fenômeno e essência. Após, foi feito o diálogo entre a proposta educacional da Rede Federal, por meios dos documentos-base que orientam sua organização, intenção e funcionamento, que trazem a proposta político pedagógica da instituição, dando centralidade ao sujeito e sua realidade, e que assim levou ao estudo para o conhecimento do contexto social, por meio de dados públicos que caracterizam a região e a população do município.

A busca do elemento mediador capaz de promover a aproximação entre os espaços e sujeitos (professor, estudante, sala de aula e casa/família) perpassou pelo contexto regional para o conhecimento mais específico do estudante da Educação de

Jovens e Adultos, até a prática pedagógica docente conectada e baseada no sujeito real, que é o que preconiza a Educação Profissional e Tecnológica.

A partir da pesquisa bibliográfica e documental, foi desenvolvido um Roteiro Sociopedagógico para Visita Domiciliar, com o objetivo de proporcionar a proximidade e ponderação do docente, com base no cotidiano do estudante, guiando seu olhar para a observação atenta dos fatores socioeconômicos, socioculturais e sociopedagógicos, por meio de indagações que seriam feitas pela profissional do Serviço Social. Assim, o roteiro traz, também, uma fundamentação com reflexões, dados e sugestões de leitura ao docente, de forma a possibilitar uma dupla utilização, tanto como parte do respaldo necessária para a observação atenta e crítica no momento da visita domiciliar, como fora da circunstância da visita, servindo como caderno de orientações para o ensino em contexto de pobreza e desigualdade social.

Para a utilização principal do produto desenvolvido, foi criado um questionário semiestruturado como instrumento capaz de coletar informações do docente e que, de forma diagnóstica, possibilita conhecer sua formação acadêmica e de trabalho com indagações que buscam a percepção sobre a realidade na qual está inserido, sobre os estudantes com os quais trabalha, e sobre o conhecimento da proposta político-pedagógica da Educação Profissional e Tecnológica, a fim de compreender quem é o docente, que formação possui, que tipo de conhecimentos pedagógicos carrega, e o que sabe sobre a realidade da região e do estudante.

Da mesma forma, elaborou-se um questionário semiestruturado diagnóstico para o discente, que possibilita compreender seu percurso acadêmico e de trabalho, com a finalidade de obter seu perfil, compreender sua vida escolar pregressa, e sua percepção sobre a relação professor/aluno dentro do espaço da sala de aula.

Outros dois questionários semiestruturados foram elaborados como instrumentos capazes de avaliar a repercussão do produto, tanto para o docente, como para o discente, abordando pontos que buscam revelar, por meio das impressões/subjetividades, o impacto da visita guiada pelo roteiro sociopedagógico.

Como parte do percurso metodológico de elaboração do produto e apreciação de sua aplicabilidade, foi feita uma avaliação contributiva, por profissionais/pesquisadoras da Educação Profissional e Tecnológica, das áreas envolvidas (Docência, Pedagogia e Serviço Social), que analisaram os instrumentos criados para aplicação do produto (questionários pré e pós-visita), o produto (roteiro sociopedagó-

gico para visita domiciliar/caderno de orientações), seu percurso metodológico de utilização e sua contribuição para a área do Ensino.

As contribuições dadas no momento avaliativo e os pareceres da comissão foram tratados por meio da análise de conteúdo. De acordo com Bardin (1977) a análise de conteúdo se constitui de várias técnicas onde se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos. Desta forma, a técnica é composta por procedimentos sistemáticos que proporcionam o levantamento de indicadores (quantitativos ou não) permitindo a realização de inferência de conhecimentos.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Antes de adentrarmos no espaço privado do estudante, é preciso compreender por que estamos trazendo como elemento central a realidade do sujeito. Assim, o roteiro não se inicia no momento da visita. Ele se inicia na preparação, quando precisamos entender, primeiramente, o porquê visitar.

Na Educação Profissional e Tecnológica, em sua proposta político-pedagógica de formação humana integral, temos como centralidade o sujeito. Assim, tudo numa proposta humanizada deve dialogar com o indivíduo com o qual se trabalha e com seu contexto regional: o conteúdo, a prática docente, a gestão administrativo-pedagógica, entre outros. A perspectiva transformadora que esta forma de educar pretende só se torna viável a partir da compreensão de que apenas o conteúdo, - frequentemente desconectado do que vivenciam aqueles que são alvo deste modelo educacional - não promove transformação de pensamento e, conseqüentemente, transformação social.

As discussões relativas ao trabalho e à compreensão da cultura também como um conjunto de valores e práticas sociais que se constroem e que se alteram com as transformações das condições materiais e históricas é determinante para a busca da formação integrada de modo a favorecer a inserção da/o estudante no mundo do trabalho e o reconhecimento das contradições que sustentam a realidade na qual está inserida/o. Portanto, a apreensão da influência dos processos culturais na construção do pensamento hegemônico e dos seus impactos no cotidiano social e político das/os trabalhadoras/es são centrais para a definição de Educação Profissional Técnica e Tecnológica. A conscientização e reflexão sobre a centralidade do trabalho e a história da cultura do trabalho, a qualificação profissional e o cotidiano da/o trabalhadora/or, a exclusão pelo desemprego e a precarização das condições de trabalho são elementos de efetiva contribuição para análise das reais condições de inserção das/os

trabalhadoras/es no processo de produção, organização e gestão dos bens materiais, artísticos e culturais da sociedade (PPPI, 2018, p.4).

Compreendendo a centralidade do sujeito, clareia o entendimento de que, sem conhecê-lo e sem entender seu lugar no processo educativo (possibilidades e limitações), não há condições de transformação real e promoção de autonomia. Para tanto, é necessário um instrumento para apreensão da realidade, como a visita domiciliar.

Diante da definição sobre a visita domiciliar é que se pensou na necessidade de um elemento de condução para utilizar durante este processo que seja estruturado, consistente e articulado com a promoção de um modelo de educação com foco no sujeito e função social definida.

Conforme Kuenzer (2000), a escola necessita, para cumprir sua função social, trabalhar questões voltadas à humanização dos sujeitos, ou seja, os conhecimentos que a escola transmite devem possibilitar que todos possam exercer sua cidadania plenamente. Logo, o Roteiro Sociopedagógico pretende uma observação atenta que humanize o indivíduo e promova reflexão entre o exame da realidade do estudante e o impacto dessa no processo de ensino e aprendizagem no espaço da sala de aula.

O processo de avaliação deste produto educacional foi impactado pelo decreto publicado no dia 11 de março de 2020, quando a OMS assentou estado de pandemia por Covid-19:

A COVID-19 é uma doença causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria dos pacientes com COVID-19 (cerca de 80%) podem ser assintomáticos e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e desses casos aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020, s. p.).

Este cenário pandêmico trouxe várias medidas de proteção, dentre elas, o isolamento social. Diversas atividades foram suspensas, acarretando o fechamento de comércios, escolas e diversas repartições públicas, ficando em funcionamento apenas os serviços considerados essenciais, como os de saúde, limpeza e segurança pública. Dentre as recomendações feitas pelo Ministério da Saúde, de prevenção da doença, estão:

Mantenha uma distância mínima de cerca de 2 metros de qualquer pessoa tossindo ou espirrando; Evite circulação desnecessária nas ruas, estádios, teatros, shoppings, shows, cinemas e igrejas. Se puder, fique em casa; Se estiver doente, evite contato físico com outras pessoas, principalmente idosos e doentes crônicos, e fique em casa até melhorar (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020, s. p.).

Assim, no dia 15 de março, baseado na nota técnica emitida pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, que determinou a paralisação das aulas em todos os níveis educacionais públicos e privados do Estado como medida de prevenção contra a contaminação pelo novo corona vírus (COVID-19), o Instituto Federal de Goiás decidiu:

Suspender as aulas de todos os Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) a partir desta segunda-feira, 16 de março, por um período de 15 (quinze) dias, conforme recomendado na nota técnica da Secretaria de Estado da Saúde; A suspensão das aulas pode ser prorrogável, conforme consta da nota técnica e dependerá de avaliação da autoridade sanitária do Estado de Goiás (INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS, 2020, s.p.).

As aulas se mantêm interrompidas, com a suspensão do calendário acadêmico do ano de 2020, por tempo indeterminado, conforme Resolução 17/2020 - REI-CONSUP/REITORIA/IFG, de 13 de abril de 2020:

Art. 1º Manter a suspensão do Calendário Acadêmico 2020 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, a partir do dia 16 de abril de 2020, por tempo indeterminado, considerando as recomendações do Ministério da Saúde e a continuidade das medidas de prevenção contra a contaminação pelo novo corona vírus já adotadas pelo IFG, bem como a sugestão apresentada pelo Colégio de Dirigentes, em reunião ocorrida em 13 de abril de 2020, após avaliação do cenário atual de emergência relacionada à pandemia do novo corona vírus (Covid-19).

Esta contextualização sobre o tempo histórico faz-se indispensável para a compreensão da não aplicação imediata do produto educacional desenvolvido, conforme prevê o Regulamento do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), que estava programada para o mês de maio de 2020, de acordo com o cronograma do projeto de pesquisa.

A aplicação deste produto requer o contato com a realidade cotidiana da estudante da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no seu espaço privado, onde seria possível que o docente fizesse observações atentas, guiadas e fundamentadas pelo Roteiro Sociopedagógico, que tem como intenção promover a reflexão entre a

realidade socioeconômica, sociocultural e sociopedagógica da estudante e a prática docente de sala de aula, e como isso impacta no processo de ensino e aprendizagem, por meio da experimentação, sendo a visita domiciliar instrumento necessário para a utilização do produto.

Ficando impossibilitada a pronta execução, e não havendo forma semelhante que pudesse substituir a estada do docente no espaço particular do estudante para apreender as questões, inclusive em se tratando de reações, sentimentos e sensações, elementos que seriam mensurados após aplicação do produto, é que se pensou uma alternativa para a avaliação do produto, buscando analisar a possibilidade de ser aplicável e capaz de contribuir para melhoria na área do Ensino, dentro de circunstâncias habituais. Diante do cenário que desafiou a todos, professores e docentes, de como avaliar a aplicabilidade dos produtos educacionais respeitando as recomendações de saúde e atentos às especificidades de cada produto, sem perder o rigor científico, é que foi criada uma comissão avaliadora do produto e de sua aplicabilidade, formada por profissionais/pesquisadoras da Educação, com expertise nas áreas envolvidas.

Uma semana antes da avaliação foram enviados às participantes o projeto de pesquisa, o produto educacional e uma carta convite, formalizando o chamamento. Assim, no dia 08 de maio de 2020, às 14h, por meio da plataforma de comunicação denominada Google Meet, foi realizada uma webconferência com as profissionais/pesquisadoras das áreas de interesse e envolvimento no produto educacional (Docência, Serviço Social e Pedagogia).

Essas são profissionais que, pela capacidade técnica, científica, experiência e envolvimento, são capazes de avaliar a aplicabilidade e pertinência, além de sugerir melhorias para o aperfeiçoamento, passando a ser, também, um momento de construção coletiva interdisciplinar. Nesse sentido, foram convidadas a professora Dra. Fernanda Keley Silva Pereira Navarro, Chefe do Departamento de Áreas Acadêmicas (DAA); a pedagoga e professora M<sup>a</sup>. Janaina Karla Pereira da Silva Rodrigues Firmino, atuante na Coordenação de Apoio ao Discente (CAPD) e no Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e professora da Secretaria Estadual de Educação de Goiás e a Assistente Social Esp. Marcíria Castellani Rocha Oliveira, atuante na Coordenação de Assistência Estudantil (CAE)

e no Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), do Instituto Federal de Goiás, *campus* Águas Lindas.

Esta avaliação participativa da aplicabilidade e do produto educacional traz como registro a gravação da reunião da comissão, ocorrida no dia 08 de maio de 2020, e os pareceres por elas emitidos, após apresentação do produto, seu objetivo e percurso metodológico de aplicação. Assim, as avaliadoras, em suas falas e documentos produzidos (Anexos) deixaram contribuições que foram todas consideradas e, quando em consonância com o objetivo do produto, foram acatadas.

**Profa. Dra. e Chefe de Departamento de Áreas Acadêmicas Fernanda Keley  
Silva Pereira Navarro**

### **CONTRIBUIÇÕES ACRESCIDAS**

1. Em relação ao bloco de Fatores Socioeconômicos, no que tange à Composição Familiar, acrescentar a seguinte pergunta: Teve uma boa relação afetiva com seus familiares?

Observação: A pergunta foi acrescida no bloco de Fatores Socioculturais no Histórico de Ascendência.

2. Em relação às Condições de Saúde, no bloco de Fatores Socioeconômicos, para além de perguntar sobre o tratamento em postos de saúde, considerar que muitos podem utilizar de conhecimentos tradicionais (tratamento com ervas, por exemplo) como tratamento, sendo acrescida uma pergunta mais aberta e abrangente: De que forma tratam da saúde?
3. Em relação às Condições de Saúde, no bloco de Fatores Socioeconômicos, pensando na qualidade nutricional dos alimentos, que afetam as condições de aprendizagem, buscar saber: O que costumam comer?

4. Em relação a Emprego e Renda, no bloco de Fatores Socioeconômicos, inserir perguntas referentes à percepção da estudante em relação ao seu ambiente de trabalho: Como considera seu ambiente de trabalho? Está satisfeito com ele?
5. Em relação ao bloco de Fatores Socioculturais, procurar saber sobre a disseminação do saber e a frequência da leitura: Com que frequência lê? Compartilha os conhecimentos que adquire com seus familiares?
6. No bloco de Fatores Socioculturais, em relação aos “Grupos dos quais participa”, procurar saber como se sente/ como se percebe nesses grupos: Você se sente acolhida/o dentro desse/s grupo/s?
7. No bloco de Fatores Socioculturais, em relação ao Histórico de Ascendência, por considerar a pergunta ‘Sofreu violência intrafamiliar?’, agressiva, pesada, substituir pelos seguintes questionamentos: Como era sua relação com pais e familiares? Havia preconceito? Comportamentos agressivos?
8. No bloco de Fatores Socioculturais, em relação ao Histórico de Ascendência, “Se os pais estudaram”: De que forma passaram os saberes que tinham? De uma forma mais dialogada, ou de uma forma mais impositiva?
9. No bloco de Fatores Sociopedagógicos, fomentar que falem sobre sua experiência no espaço institucionalizado de educação: Possui alguma experiência traumática dentro do ambiente escolar? Você se sente estimulado a aprender dentro do ambiente escolar? Quais as estratégias utilizadas pelos docentes te estimulam mais a aprender?

### **CONTRIBUIÇÃO NÃO ACRESCIDA**

1. Houve uma sugestão metodológica de que os oito docentes participantes da aplicação do produto visitassem as quatro famílias das discentes, como forma de padronização, para que todos tivessem as mesmas experiências. No entanto, considerando-se o objetivo da pesquisa, cuja intenção é promover re-

flexões e não comparar impressões/olhares docentes, a sugestão não foi absorvida. Considerou-se também que, por se tratarem de visitas no âmbito privado, a estada dos oito professores no espaço particular da aluna, acarretando quatro visitas, além de tornar o processo cansativo para todos os envolvidos, aumentaria o risco da pesquisa, gerando maior exposição e ampliando as possibilidades de constrangimentos nas docentes e familiares.

### **PARECER**

*“[...] Ampliar uma percepção mais qualitativa, reflexivo-observadora frente à história afetiva, de acolhimento dentro das relações interpessoais, assim como as memórias e os estados emocionais passados e presentes e os anseios futuros que podem externalizar no ensino-aprendizagem dentro do atual ambiente escolar; como sugestão de aprimoramento do produto proposto. No entanto, por ser tratar de pequenos refinamentos que não comprometem a qualidade do produto educacional exposto, meu parecer é FAVORÁVEL ao percurso metodológico apresentado e aos instrumentos que fazem parte (questionários pré e pós-visita domiciliar) do produto educacional “Roteiro Sociopedagógico para Visita Domiciliar”, assim como a pertinência e aplicabilidade do produto como um caderno de orientações aos docentes, que possa auxiliá-los em seu trabalho educacional e na percepção de que cada estudante é um ser único, pertencente a diferentes realidades e contextos, que devem ser levados em consideração ao longo de sua trajetória acadêmica [...]”.*

**Pedagoga/ professora M<sup>a</sup> Janaina Karla Pereira da Silva Rodrigues Firmino**

### **CONTRIBUIÇÕES ACRESCIDAS**

1. Em relação à metodologia de aplicação do produto, escolher, na hora da formação de duplas que irão visitar, dentro das possibilidades, professores que, pela vivência diária, percebe-se que têm uma postura mais rígida, mais tradicional e um professor com postura mais flexível, com mais abertura ao diálogo.

go, como forma de analisar visões diferentes sob um mesmo prisma (contrapontos);

2. A inclusão de um cabeçalho mais detalhado com dados adicionais como: instituição, curso, turma, data;
3. No bloco de Fatores Socioculturais, substituir a palavra “peso” por “importância” no item o “peso da religiosidade”. A palavra peso já traz em si um sentido negativo e pode ser interpretada pelo leitor como fardo, o que talvez o induzirá a um olhar diferente do desejado;
4. Siglas e termos que aparecem no roteiro e em sua fundamentação, como CRAS, BPC e Mãe Solo, deverão ser seguidos de explicações sobre seus significados e aplicabilidade no meio social, em forma de nota de rodapé;
5. No bloco de Fatores Sociopedagógicos, quando perguntado, no item “Sabe mexer” com tecnologias?”, substituir o termo por “lidar”;
6. Quando nas sugestões de leitura, no início da fundamentação, que vão referendar o que está sendo tratado, fazer notas de rodapé que traga os conceitos ou páginas essenciais, tendo em vista a extensão de certas leituras, como os documentos institucionais, por exemplo. Exemplo: PPI (destacar a proposta político pedagógica, o que for específico da modalidade EJA);
7. Na fundamentação, no bloco de Fatores Socioeconômicos, nos dados que tratam do transporte público, explicitar todas as formas que o estudante utiliza para ir à escola, esclarecer na fundamentação que a ida a pé, pode acarretar em longas caminhadas e citar a extensão territorial da cidade de Águas Lindas, para dar aos docentes a dimensão da cidade e, conseqüentemente, o quanto pode ser longa e dificultosa a jornada de ida e volta para escola;
8. Na fundamentação, no bloco de Fatores Socioculturais, nos dados da Codeplan em relação à religião: Os dados somaram 78,06%. Os quase 22% res-

tante pertencem a quais grupos religiosos? Explicitar quais as religiões minoritárias;

9. No bloco de Fatores Sociopedagógicos, no que tange às dificuldades enfrentadas em sala de aula, inserir as perguntas: Como se relaciona com seus professores e com seus colegas? Conhece e utiliza os meios ofertados pelo IFG para lhe auxiliar sociopedagogicamente (Coordenação de Curso, CAPD, CAE, etc)?;
10. Deixar um momento durante a aplicação do primeiro questionário diagnóstico destinado aos discentes, para uma conversa/orientação explicativa conduzida pelo Assistente Social que guiará a visita sobre as finalidades da mesma, com espaço nesse momento para esclarecimento de dúvidas por parte do discente;
11. Transformar as informações quantitativas/percentuais em gráficos simples, que permitirá melhor visualização aos professores sobre os dados apontados.

### **CONTRIBUIÇÃO NÃO ACRESCIDA**

1. A extração de dados da Segurança Pública, pegando números da RAI (Registro de Atendimento Integrado do Estado de Goiás), que poderia trazer dados quantitativos mais condizentes com a realidade sobre a violência de gênero, tendo em vista que nem toda ocorrência registrada na Lei Maria da Penha se configura em audiência, ou seja, vai parar no Judiciário. Há mais ocorrências que audiências.

Houve a tentativa de utilização de dados da Segurança Pública do Estado de Goiás. Mas, não foram encontrados, disponíveis na internet, dados por município, ficando inviabilizada a utilização, pois não seria possível expressar a realidade local no que diz respeito à violência contra a mulher.

## PARECER

*“[...] O percurso metodológico proposto, a citar, aplicação de questionário diagnóstico semiestruturado aos docentes e discentes na semana que antecederá a visita, leitura e estudo por parte do docente do roteiro para visita guiada, a visita e quinze dias após outro questionário de avaliação das impressões e impactos da visita guiada é extremamente lógico, linear e exequível. Avalio que os questionários contemplam as questões e dados necessários para análise do antes e depois da visita guiada. Enfim, considerando as contribuições dadas, concluo que o produto analisado é relevante, pertinente, aplicável, tendo meu parecer favorável [...]”.*

**Assistente Social Esp. Marcíria Castellani Rocha Oliveira**

### CONTRIBUIÇÕES ACRESCIDAS

1. Em relação ao bloco de Fatores Socioeconômicos, no subitem Emprego e Renda, quando falar da mulher, questionar sobre a Rede de Apoio para que possa trabalhar e estudar, acrescentando a pergunta: Tem com quem deixar os filhos para trabalhar e/ou estudar? Trazer também, na Fundamentação do Roteiro a discussão sobre a Rede de Apoio;
2. Quando falar sobre a maternidade solo, na fundamentação do roteiro, trazer uma discussão sobre a paternidade solo, pois temos um caso no *campus*;
3. No bloco de Fatores Socioeconômicos, no item Emprego e Renda, acrescentar a pergunta: Já perdeu oportunidade de emprego melhor, por não poder assumir, face às dificuldades que enfrenta?
4. No bloco de Fatores Socioeconômicos, no item Emprego e Renda, acrescentar as perguntas: Quem é o provedor (a) principal da casa? Recebe pensão alimentícia? Já acessou a Justiça para o recebimento?
5. Na Fundamentação do Roteiro, no bloco de Fatores Socioeconômicos, no item Emprego e Renda, fazer referência ao mundo do trabalho e a questão da renda. Como se sustentam? Qual é a fonte de renda? Quem é o provedor

principal? Temos a presença de pai e mãe? Se só a mãe, o pai contribui financeiramente (paga pensão alimentícia)? Fazer referência de subemprego (trabalhos pesados, cansativos, baixo salários, mesmo que não houvesse deslocamento, já causaria interferência no processo de aprendizagem);

6. No bloco dos Fatores Sociopedagógicos, para perceber o sentimento de pertencimento / inclusão, acrescentar a pergunta: Sente-se acolhido em sala de aula?

### **CONTRIBUIÇÃO NÃO ACRESCIDA**

1. Em se tratando da sugestão metodológica de criação de mais um instrumento, um roteiro para direcionar a própria Assistente Social que irá conduzir a visita, esta não se faz necessária, tendo em vista que o próprio produto, o Roteiro Sociopedagógico, destinado ao docente, é capaz de cumprir tal função. O que irá diferir é que as questões do roteiro orientarão a fala da Assistente Social no diálogo com o estudante, enquanto que para o professor, o roteiro orientará o olhar, por meio da observação atenta e qualificada, após ter lido a Fundamentação do Roteiro.

### **PARECER**

*“[...] A aplicação dos questionários e percurso metodológico são viáveis para alcançar o objetivo pretendido pelo produto educacional [...]. Analisada a proposta de produto educacional “Roteiro Sociopedagógico de Visita Domiciliar” e considerando as contribuições dadas, em relação à aplicabilidade e pertinência, concluo que o produto é socialmente relevante e contribui para a transformação da prática educativa na área do Ensino”.*

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das contribuições das avaliadoras, foi possível perceber lacunas a serem preenchidas para que o objetivo proposto pelo produto fosse atendido. Esses elementos não poderiam deixar de ser abordados e permitem reflexões necessárias aos docentes, como a importância de se analisar o lado emocional/afetivo, buscando apreender os aspectos subjetivos do estudante, por considerar que muitas limitações que reverberam no processo de ensino e aprendizagem não estão somente na esfera do tangível, mas também dos sentimentos e sensações experimentados ao longo da vida, e que, em se tratando de educação humana integral, é preciso avaliar sob o princípio do paradigma biopsicossocial. Segundo Belloch e Olabarria (1993), entre outros, esse paradigma se configura no corpo humano, enquanto um organismo biológico, psicológico e social, ou seja, que recebe informações, organiza, armazena, gera, atribui significados e os transmite, os quais produzem, por sua vez, maneiras de se comportar.

Percebe-se que todas as avaliadoras, em maior ou menor medida, apontam a necessidade de trazer questionamentos que possibilitem ao professor refletir sobre como o aluno se percebe nos diversos ambientes e como são suas relações:

- *Como se relaciona com seus professores e com seus colegas? (Janaina Firmino).*

- *Sente-se acolhido em sala de aula? (Marcíria Castellani).*

- *Teve uma boa relação afetiva com seus familiares? Você se sente acolhida/o dentro desse/s grupo/s? Como considera seu ambiente de trabalho? Está satisfeita/o com ele? Como era sua relação com pais e familiares? Havia preconceito? Comportamentos agressivos? De que forma passaram os saberes que tinham? De uma forma mais dialogada, ou de uma forma mais impositiva? Possui alguma experiência traumática dentro do ambiente escolar? Você se sente*

*estimulada/o a aprender dentro do ambiente escolar? Quais as estratégias utilizadas pelos docentes te estimulam mais a aprender? (Fernanda Navarro).*

Colocar a percepção, os sentimentos e as sensações do estudante em evidência é imprescindível, sobretudo, na Educação de Jovens e Adultos, em cuja composição geralmente encontram-se pessoas fragilizadas em sua autoestima por todas as limitações advindas de seus históricos sociais, em especial, o educacional. É preciso fazê-los se perceber numa escola resignificada, diferente da experiência anterior, em que se sentiram fracassados. Por isso, considerar as experiências traumáticas do aluno nos espaços escolares pelos quais passaram, bem como sua história afetiva, seu estado emocional e as relações interpessoais é importante para a relação professor/aluno e ensino/aprendizagem. Nesse sentido, o documento-base da PROEJA pontua que é preciso

Oferecer aos professores e aos alunos a possibilidade de compreender e apreender uns dos outros, em fértil atividade cognitiva, afetiva, emocional, muitas vezes no esforço de retorno à escola, e em outros casos, no desafio de vencer estigmas e preconceitos pelos estudos interrompidos e a idade de retorno, é a perspectiva sensível com que a formação continuada de professores precisa lidar (PROEJA, 2007, p.36).

Assim, foram apresentadas contribuições à fundamentação, à organização do produto e ao percurso metodológico de aplicação a fim de torná-lo mais didático, informativo e reflexivo. Diante da avaliação do produto e de sua aplicabilidade feita pela banca, o objetivo da pesquisa de criar um instrumento técnico com possibilidade de subsidiar os professores em sala de aula, por meio da reflexão, a partir do contato com a realidade dos alunos, pode ser atendido por contar com o olhar crítico de pesquisadoras/profissionais que trabalham na área da educação, estando, duas delas, diretamente ligadas à área do Ensino. A experiência trazida a partir da prática profissional é um elemento bastante importante para pensarmos a educação por meio do trabalho.

As lacunas observáveis na rotina laboral de uma instituição de ensino permitem que seus profissionais e pesquisadores, ou seja, aqueles que trabalham e se educam pelo e com o trabalho, tenham olhares mais apurados para as produções científicas com propostas de intervenção na realidade educacional na qual estão colocadas, podendo enxergar possibilidade ou não de contribuição a partir dos objetivos apresentados. Diante das avaliações, entende-se que a prática pedagógica

docente se apresenta também como prática social, conforme Libâneo (2014), ao fazer da experiência social concreta dos alunos a própria trama do trabalho pedagógico, sobre a qual se introduz o conteúdo científico das matérias. Por consequência, concebe-se o conhecimento como uma atividade inseparável da prática social (LIBÂNEO, 2014, p.81).

Assim, os pareceres das avaliadoras demonstram que o produto é capaz de subsidiar o professor em suas práticas pedagógicas em sala de aula, sendo o processo de aplicação um percurso viável e seus instrumentos capazes de promover a reflexão docente sobre a realidade experimentada e suas ações e relações em sala de aula, contribuindo para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem do público atendido e para o trabalho docente em contexto de pobreza e desigualdade social. Outrossim, possibilitam um exercício docente mais situado, conectado com o sujeito possível, colaborando também para a melhoria das relações, o cumprimento da proposta educacional e a permanência satisfatória do estudante no espaço escolar.

A prática educativa de ensino está envolta na teia social, e por isso se configura uma prática política. Entendendo essa lógica, não é mais possível conceber currículos, ações, planos de aula, relações, gestão e tudo que permeia o universo escolar desvinculado ou alheio ao real. A forma como vive o educando traduz ao professor a maneira como este deve pensar o seu agir dentro do processo de ensino e aprendizagem.

Não é possível trazer uma pesquisa que tem como categoria a realidade socioeconômica sem fazer uma reflexão sobre a situação. Tendo em vista que a existência é dinâmica e sofre interferências diversas, como atualmente, com um problema de saúde coletiva causada pela disseminação de Covid-19, e que deixou mais evidente o abismo social no qual estão inseridos os estudantes de cidades periféricas, como Águas Lindas. Se em condições habituais isso já é notório, é preciso refletir, enquanto educadores de instituições públicas, o tamanho do desafio posto diante da educação, na atual conjuntura.

As discussões sobre como a educação formal se manterá, cumprindo sua função social, estão em voga. A condição mais discutida é o acesso e a lida com as tecnologias. Em se tratando de estudantes em situação de pobreza e desigualdade social, seria uma análise superficial resumir o desafio da educação a isso. Para além

do não acesso às tecnologias, há situações que foram potencializadas diante do cenário de pandemia, como a violência intrafamiliar, o desemprego e falta de renda, a dificuldade em acessar os benefícios assistenciais, entre outras. Além de todas as ausências que impedem viver com o mínimo de dignidade, há que se pensar, também, na saúde psicoemocional e nos efeitos subjetivos dessa realidade na vida dos estudantes periféricos. Este é o desafio vigente posto à educação pública e à academia.

## REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. *Visita Domiciliar: Teoria e Prática*. São Paulo: Ed. Papel Social, 2014.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas Pedagógicas e Ensino Integrado. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 52, p.61-80, maio 2015.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação de Jovens-Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: Leôncio Soares; Maria Amélia Giovanetti; Nilma Lino Gomes. (Org.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 19-50.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2018. IPEA e FBSP. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/3059-2049-7208-180614atlas2018retratosdosmunicipios-1.pdf>. Acesso em: Dez de 2018.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70 Ltda., 1977.

CODES, A. L. M. *A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa*. TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 1332. IPEA. 2008.

DAY, Cristopher. *Desenvolvimento profissional de professores: os desafios da aprendizagem permanente*. Porto: Porto Editora, 2001.

ENCICLOPÉDIA DE CONSCIENCILOGIA. Disponível: <[http://www.projeterium.com/enciclopedia/OBSERVACAO\\_ATENTA.full.html](http://www.projeterium.com/enciclopedia/OBSERVACAO_ATENTA.full.html)>. Acesso: Dez de 2018.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. *Pedagogia e prática docente*. / Maria Amélia do Rosário Santoro Franco. 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Docência em Formação: Saberes Pedagógicos / coordenação Selma Garrido Pimenta.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2018.

GARCIA, Carlos Marcelo. *Formação de professores: para uma mudança educativa*. Porto: Porto Editora, 1999.

GHANEM, Elie; TRILLA, Jaume; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). *Educação formal e não-formal: Pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2008.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6 edição. São Paulo: Ed. Atlas. 2008.

IBGE. *Panorama de Águas Lindas de Goiás*. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/aguas-lindas-de-goias/panorama>. Acesso em: Dez de 2018.

KOSÍK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1989.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da escola pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos*. 28 edição, 2014, edições Loyola São Paulo, 1985.

\_\_\_\_\_. *Didática*. 2 edição. São Paulo: Cortez, 2013.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. *Perícia social: proposta de um percurso operativo*. In Serviço Social e Sociedade, n.º 67. 2001.

OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO. *Estudo de implantação –Relatório de estudo/pesquisa natural, social, econômica e educacional da microrregião Entorno de Brasília, do município de Águas Lindas de Goiás e sua região limítrofeGoiânia*, 2013.

OLIVEIRA, D.C., *Análise de Conteúdo Temático-Categorial: Uma proposta de sistematização*. Rev. Enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

PACHECO, Eliezer. *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Brasília: MEC, 2008.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. IFG 2012-2016. Goiânia, 2013.

PMAD. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/PMAD-%C3%81guas-Lindas.pdf>. Acesso em: Dez de 2018.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS. IFG. Goiânia, 2016.

**APÊNDICES**

**APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL**

**ROTEIRO SOCIOPEDAGÓGICO  
PARA VISITA DOMICILIAR**

**FLÁVIA DE SOUZA BRITO**

**Brasília – 2020**

*Compreender o fenômeno é atingir a essência. O fenômeno está aparente. A essência, somente em sua busca mais próxima e aprofundada da realidade. O fenômeno e a sua essência são indivisíveis, pois a realidade é a unidade do fenômeno e da essência.*

*Kosel Kosik*

B862 Brito, Flávia de Souza

Roteiro Sociopedagógico para visita domiciliar: produto educacional/ Flávia de Souza Brito.  
60 f. : Il.

Orientadora: Dra. Cíntia Nepomuceno Xavier.

Produto Educacional (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, 2020.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Realidade Socioeconômica. 3. Educação de Jovens e Adultos. 4. Visita Domiciliar. 5. Prática Pedagógica. I. Xavier, Cíntia Nepomuceno. II. Título.

CDU 377.8(81)

## **Sobre o produto**

O produto educacional, intitulado “Roteiro Sociopedagógico para Visita Domiciliar”, é um guia criado que tem como objetivo subsidiar a prática pedagógica docente a partir do contato com a realidade socioeconômica dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos do *campus* Águas Lindas.

Este produto surge da indagação de como a aproximação com o cotidiano dos estudantes pode promover a reflexão docente a respeito da relação entre a realidade socioeconômica desses sujeitos e a prática pedagógica docente em sala de aula. Assim, o produto busca guiar a observação atenta do docente que trabalha no contexto da pobreza e da desigualdade social, a fim de que, aproximando-o do espaço primeiro de pertença do aluno, possa perceber em que nível os elementos observáveis de sua rotina, que expressam sua história de vida, guiados pelo Roteiro Sociopedagógico, impactam no processo de ensino e aprendizagem em sala de aula.

A realidade observada no cotidiano deixa claro que estamos inseridos enquanto educadores num contexto de pobreza e desigualdade social. Porém, essa visão superficial é insuficiente para que entendamos a essência desses fenômenos. Logo, “compreender o fenômeno é atingir a essência” (KOSIK, 1989, p.12). O fenômeno está aparente, mas essência só pode ser compreendida em uma busca mais próxima e aprofundada da realidade. O fenômeno e a sua essência são indivisíveis, pois “a realidade é a unidade do fenômeno e da essência” (KOSIK, 1989, p.12).

Para uma observação atenta, que permita o diálogo entre questões sociais e pedagógicas, é preciso que sejamos conduzidos por elementos capazes de promover esta reflexão. A intenção deste Roteiro Guiado é que o docente consiga perceber o sujeito possível com o qual trabalha, a fim de que, com isso, possa desenvolver práticas pedagógicas mais condizentes com a realidade destes. Assim sendo, as mudanças poderão ser sentidas na forma de tratar o discente, na percepção de suas limitações e na maneira de trabalhar os conteúdos, fazendo-os dialogar com a realidade experimentada, com mudanças nos planos de aula e melhor condução de questões advindas da situação cotidiana, entre outras.

O Roteiro foi elaborado em forma de blocos de fatores (socioeconômicos, socioculturais e sociopedagógicos) que trazem indagações que irão orientar o olhar atento dos docentes para a realidade experimentada. O produto está dividido em duas partes: o Roteiro Prático (Parte 1), que será levado pelo docente no momento da visita domiciliar, e que traz os blocos temáticos de fatores, o que facilitará uma melhor ordenação das questões possíveis de serem observadas e como elas se inter-relacionam com o processo de ensino e aprendizagem no espaço formal de educação, com uma folha para anotações, caso seja necessário fazer. E a Fundamentação do Roteiro (Parte 2), que deverá ser lida, atentamente, antes da visita domiciliar.

A segunda parte traz sugestões de leituras e/ou embasamentos teóricos que elucidam e incitam a pensar a relação das questões verificadas com o processo de ensino e aprendizagem em sala de aula. Assim, essa fundamentação acaba por executar dupla função: como base do Roteiro Guiado na utilização do instrumento da visita domiciliar e, fora do contato com o cotidiano do estudante, como um Caderno de Orientações para conhecimento do sujeito com o qual se trabalha, contribuindo para a prática docente em contexto de pobreza e desigualdade social. Logo, as referências bibliográficas que fundamentam o roteiro são também, sugestões de leitura para aprofundamento nas temáticas trabalhadas, além de outras literaturas sugeridas.

Diante do cenário pandêmico vivido a partir de março de 2020, que inviabilizou a aplicação imediata do produto desenvolvido, por necessitar que o docente estivesse no espaço privado do estudante, o processo de avaliação da aplicabilidade se deu por meio de uma banca formada por servidoras/pesquisadoras com conhecimento técnico, científico e profissional nas áreas envolvidas (Docência, Pedagogia e Serviço Social) pertencentes à Educação Profissional e Tecnológica, que além de avaliar o percurso metodológico utilizado para a aplicação, analisaram seus instrumentos (questionários pré e pós-visita), a pertinência do produto para a área do Ensino e, por meio de saberes específicos, contribuíram para a melhoria da produção.

## Metodologia de Aplicação

- ✓ Dias antes da visita domiciliar, aplicar aos(as) docentes visitados(as) o questionário diagnóstico semiestruturado, onde serão solicitados dados gerais, dados de formação acadêmica e de trabalho, além de questões que buscam a percepção sobre a realidade na qual estão inseridos, sobre seus alunos, e sobre o conhecimento da proposta político-pedagógica da Rede Federal, a fim de compreender quem são esses docentes, que formação possuem, que tipo de conhecimentos pedagógicos trazem, o que sabem sobre a realidade da região e dos (as) estudantes que irão visitar.
- ✓ Dias antes da visita domiciliar, aplicar aos (as) discentes que será visitados (as), o questionário diagnóstico, onde serão solicitados dados gerais, acadêmicos e de trabalho, com a finalidade de obter seus perfis, compreender seus percursos escolares pregressos, e suas percepções sobre a relação professor/aluna dentro do campus.
- ✓ Quinze dias após a utilização do produto por meio da visita domiciliar, aplicar o questionário de avaliação semiestruturado, tanto para os (as) docentes, como para os (as) discentes, abordando questões que busquem revelar, por meio de suas impressões, o impacto da visita guiada.
- ✓ Após coleta de dados, recomenda-se a partilha das informações apuradas, por meio de uma roda de conversa com os docentes participantes, a fim de refletirem, coletivamente, sobre a experiência de aproximação com a realidade do estudante e o impacto em suas práticas pedagógicas em sala de aula.

## (PARTE 1)

### ROTEIRO SOCIOPEDAGÓGICO PARA VISITA DOMICILIAR

Nome do (a) estudante: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_

Data da Visita: \_\_\_\_\_

Este é o roteiro prático, que deverá ser levado pelo (a) docente no momento da visita domiciliar, após leitura atenciosa de sua fundamentação. Durante a observação, fique atento (a) a estas informações, que farão parte do diálogo da Assistente Social e do (a) discente visitado (a):

#### FATORES SOCIOECONÔMICOS

- **Composição familiar:** Quantas pessoas há na casa? Quantas são crianças? Quantos são idosos? Há pessoa com deficiência física, de sentidos e/ou mental? Gestantes? Qual o arranjo familiar? Pai ou mãe solo?
- **Condições de habitação:** Casa de alvenaria, madeira, lona, etc.? Casa própria, alugada, cedida, etc.? Bairro distante da escola? Ruas asfaltadas? Como são as condições de saneamento? Bairro considerado violento? Há posto de saúde no bairro? Há escolas no bairro? Há Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) no bairro?
- **Emprego e Renda:** Quem é o (a) provedor (a) principal da casa? O (a) estudante trabalha? Com o quê trabalha? Onde trabalha? Tem com quem deixar os filhos para trabalhar e/ou estudar? Já perdeu oportunidade de emprego melhor por não poder assumir, face às dificuldades que enfrenta? Quanto ganha? Quem mais trabalha na residência? Quantas horas de trabalho por dia? De que horas a que horas? Como considera seu ambiente de trabalho? Está satisfeito (a) com ele? Se separado (a) e com filhos, recebe pensão alimentícia? Já acessou a Justiça para o recebimento?

- **Condições de saúde:** De que forma tratam da saúde? Possui doenças crônicas? Possui deficiência? Toma medicação controlada? Como adquire? Compra ou retira na rede pública de saúde? Se compra, qual o valor gasto com o medicamento? Tem hospital ou posto de saúde na região? Recebe Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada (BPC)? Passa ou já passou por privação alimentar? O que costumam comer?

### **FATORES SOCIOCULTURAIS**

**Origem:** De que região vem? Como se declara em relação à raça/cor da pele?  
**Prática de entretenimento:** O que lê? Com que frequência lê? Compartilha os conhecimentos que adquire com seus familiares? Ao que assiste? Ao que não tem acesso, mas gostaria de ter? O que faz para além do trabalho? Frequenta cinema, teatro, shows? Possui prática espiritual/religiosa? A importância da espiritualidade/religiosidade? Bebe? Fuma? Participa de grupo/s? Você se sente acolhida dentro desse/s grupo/s?

**Histórico de Ascendência:** Qual a região de origem dos pais? Quantos filhos tiveram? Moravam na cidade ou na área rural? Começaram a trabalhar com que idade? Por que motivo? Como era sua relação com pais e familiares? Havia preconceito? Comportamentos agressivos? Pai ou mãe faziam/fazem uso abusivo de álcool e/ou outras drogas? Tinham acesso à escola? Os pais estudaram? Se estudaram, até que série? De que forma passaram os saberes que tinham? De uma forma mais dialogada, ou de forma mais impositiva? Teve uma boa relação afetiva com seus familiares?

### **FATORES SOCIOPEDAGÓGICOS**

Qual a escolaridade dos familiares? Quanto tempo se ausentou e razões pelas quais se ausentou da escola? Considera que tem boa escrita e boa leitura? Quais dificuldades enfrentadas no retorno à escola? Quais os motivos do abandono escolar? Possui alguma experiência traumática dentro do ambiente escolar? Você se sente estimulado a aprender dentro do ambiente escolar? Se sente acolhido em sala de aula? Quais as estratégias utilizadas pelos docentes te estimulam mais a



## (PARTE 2)

### FUNDAMENTAÇÃO DO ROTEIRO

**Olá, docentes!**

Para a compreensão deste produto educacional é necessário que, inicialmente, o docente se coloque a par da proposta político-pedagógica de formação humana integral da Educação Profissional e Tecnológica. Logo, a função social da instituição; as concepções basilares da formação de professoras/es no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; as diretrizes para seleção de conteúdos; os princípios que fundamentam o currículo; os princípios metodológicos e processo de avaliação da Instituição; os princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição, entre outros, que nos dão a real dimensão da necessidade do conhecimento aprofundado da história de vida dos sujeitos com os quais se trabalha. Assim sendo, nesse momento, os(as) estudantes da Educação de Jovens e Adultos o nosso recorte de público, é preciso que saibamos como está organizado o projeto político do curso, atentando-nos à justificativa do curso, seus objetivos, a organização curricular, entre outros elementos que justificam a busca do conhecimento de sua realidade cotidiana.

Por isso, é essencial conhecer esses sujeitos; ouvir e considerar suas histórias e seus saberes bem como suas condições concretas de existência. Assim, a educação [...] deve compreender que os sujeitos têm história, participam de lutas sociais, têm nome e rostos, gêneros, raças, etnias e gerações diferenciadas. O que significa que a educação precisa levar em conta as pessoas e os conhecimentos que estas possuem (BRASIL, 2005, p. 17).

É fundamental, pois, conhecer os documentos que embasam e direcionam o olhar para uma determinada forma de educar, que exige conhecimento e proximidade do sujeito real com o qual se trabalha. Suas particularidades, potencialidades e limitações estão expressas nesses escritos norteadores do agir do educador.

**Sugestões de leitura:**

**1)OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO.** Estudo de implantação - Relatório de estudo/pesquisa natural, social, econômica e educacional da microrregião Entono de Brasília, do município de Águas Lindas de Goiás e sua região limítrofeGoiânia, 2013.

**2)Plano Direito Institucional - IFG 2029/2023.** Disponível em: [https://www.ifg.edu.br/attachments/article/5431/Minuta\\_pdi\\_2019\\_2023\\_181121.pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/5431/Minuta_pdi_2019_2023_181121.pdf)

\* Destaque para a Função Social da Instituição (p.12);

\* Para o Quadro Docente (p.47);

**3)Projeto Político pedagógico Institucional PPPI – 2018.** Disponível em: [https://www.ifg.edu.br/attachments/article/11548/PPPI\\_IFG\\_2018.pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/11548/PPPI_IFG_2018.pdf)

\* Destaque para aos Princípios Filosóficos e Teórico-Methodológicos Gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição: (p. 3 a 50);

\* Às Concepções Basilares da Formação de Professoras/es no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás: (p. 14 e 15);

\* Às Diretrizes para Seleção de Conteúdos, Princípios Metodológicos e Processo de Avaliação da Instituição: (p. 22 e 26).

**4)Estatuto do Instituto Federal de Goiás.** Disponível em: [http://www.ifg.edu.br/attachments/article/5431/Estatuto\\_IFG.pdf](http://www.ifg.edu.br/attachments/article/5431/Estatuto_IFG.pdf)

\* Destaque para o Art. 3º, que traz os Princípios Norteadores do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás (p.3);

\*Art. 43, que fundamenta o Currículo do Instituto Federal de Ciência e tecnologia de Goiás (p. 15).

**5)Regimento Geral do IFG.** Disponível em: [http://www.ifg.edu.br/attachments/article/123/regimento\\_122015.pdf](http://www.ifg.edu.br/attachments/article/123/regimento_122015.pdf)

\*Destaque para o Art. 3, dos Princípios Norteadores na atuação do IFG (p. 7);

\* Art. 238 Dos Currículos (p. 97);

**6)Projeto Político de Curso - PPC Técnico em Enfermagem.** Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/689/PPC%20Tec%20em%20Enfermagem%20-%20IFG%20%C3%81guas%20Lindas.pdf>

\* Destaque para a Justificativa do Curso (p.7 a 14);

\* Objetivos Específicos do curso (p.14);

\* Da Organização Curricular do curso (p. 16 a 18);

\* Da Autoavaliação do curso (p.35).

**7)Documento Base PROEJA- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.** 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja\\_medio.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf)

**8)PACHECO, Eliezer.** Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: MEC, 2008.

**Vamos para a práxis? Ação-Reflexão-ação!**

Partindo para a prática, a primeira orientação deste roteiro é quanto ao comportamento do visitante. Deve-se evitar fortemente expressar tristeza, compadecimento, ou ficar horrorizado com a realidade da casa do sujeito e sua rotina. É necessário estar atento ao que será dito, mas também, às ausências de fala, bem como evitar falas comparativas e julgadoras, entre outras. Cumpre compreender que a visita, de forma gradual, vai exigindo atenção e delicadeza de quem a realiza, e que a intenção não é fiscalizatória, autoritária e nem moralizadora.

A ética e o respeito são princípios e condições fundamentais à realização da visita domiciliar. O fato de ser realizada no ambiente domiciliar ou particular por si já clama por uma série de atenções e considerações éticas, relativas ao direito à privacidade e ao sigilo profissional. (AMARO, 2014, p. 73).

É necessário que o docente, ao visitar, não abandone sua função de educador, deixando-se levar por julgamentos e pré-conceitos, evitando o olhar moralizante. Alguma pergunta que sinta necessidade de fazer para esclarecimentos, deve estar, conforme Amaro (2014), associada ao objetivo da visita, e nunca por julgamentos e indicações valorativas e comentários proibitivos e punitivos. Atenção, portanto, à escolha das perguntas e comentários que você formula: seja crítico e observador, sem ser constrangedor ou invasivo (AMARO, 2014, p. 73).

Não colete dados: atenha-se a relacionar as condições reais de vida com um processo, que é o de ensinar e aprender. O diálogo central com a discente/família será feito pela profissional do Serviço Social. No âmbito escolar, o Assistente Social deve ser o profissional que precisa se preocupar em promover o encontro da educação com a realidade social do aluno, da família e da comunidade a qual pertence. Ao docente, cabe observar atentamente, fazer suas anotações e intervenções, caso entenda necessário, para melhor compreensão do que está sendo dito. A ideia é que não se perca em dados, mas esteja com foco em relacionar a realidade experimentada à sua prática pedagógica.

A *observação atenta* é o ato ou efeito de olhar, sondar e esquadrihar, com interesse e concentração mental, o ambiente, circunstâncias, coisas, seres, consciências e realidades em qualquer dimensão existencial. Consiste na ação de perceber, tomar conhecimento de um fato ou acontecimento que ajude a explicar a compreensão da realidade objetiva do trabalho e, como tal, encontrar os caminhos necessários aos objetivos a serem alcançados. É um processo mental e ao mesmo tempo técnico (SOUZA *apud* AMARO, 2014, p.22).

## **Estamos *in loco*, o que nos interessa observar?**

Não temos o objetivo de observar se há na casa uma TV de 50 polegadas, ou se um dos adolescentes, caso haja, está usando um tênis de marca, por exemplo. Trata-se de pensar, a partir desses elementos, como a cultura do consumo e a necessidade de pertencimento estão fortemente presentes no comportamento das famílias em situação de pobreza e desigualdade social.

Não se está ali para observar objetos destoantes, pertencentes à outra classe/realidade. A busca é mais apurada, pois a pobreza e a desigualdade social têm raízes profundas. É preciso compreender o porquê desse fenômeno, e de que forma isso repercute na educação institucionalizada, precisamente, em sala de aula. Além de observar as condições do espaço físico, é preciso atentar-se ao que será dito pelo(a) discente visitado(a). Os sentidos, percepções expressos nas falas, expressões faciais, ou até a ausência de falas, junto ao que está sendo observado no ambiente é que nos permitirão leituras mais críticas sobre o cotidiano do discente. Conforme Amaro,

A vida cotidiana é heterogênea e tensionada sob vários aspectos. Em primeiro lugar, por sua relação com a História. Ou seja, a vida cotidiana não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico. Isso significa que o cotidiano não existe de modo “puro e isolado”. O cotidiano faz fronteira com seu oposto complementar, o mundo histórico-social mais amplo, e o choque entre esses dois mundos impõem interrupções e situações inesperadas por fenômenos negativos ao cotidiano de cada indivíduo (AMARO, 2014, p. 36).

No cotidiano é possível verificar a origem do sujeito, o que faz, como faz, as condições em que faz/vive, quem está com ele, como ele percebe o mundo, como se relaciona, entre outras coisas. Esse conjunto de elementos pertencentes à rotina é o que se deve observar para pensar os efeitos didáticos da pobreza e da desigualdade social.

### **Sugestão de leitura:**

AMARO, Sarita. *Visita Domiciliar: Teoria e Prática*. São Paulo: Ed. Papel Social, 2014.

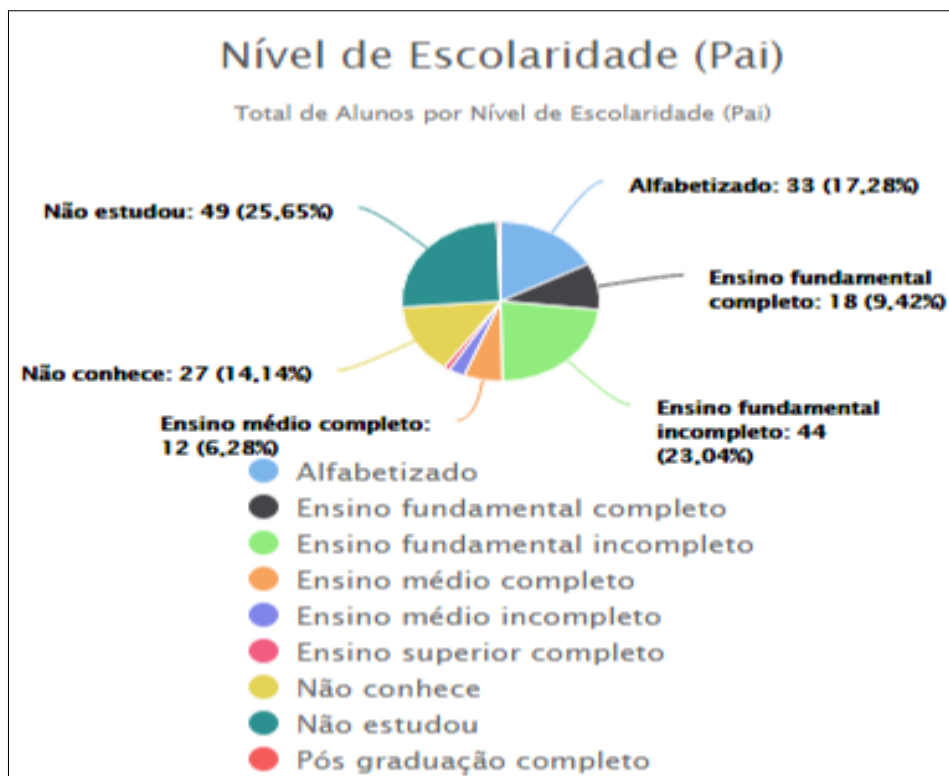
## **ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS: POR QUE OBSERVAR?**

**Composição familiar:** Quantas pessoas há na casa? Quantas são crianças? Quantos são idosos? Há pessoa com deficiência física, de sentidos e/ou mental? Gestantes? Qual o arranjo familiar? Pai ou mãe solo?

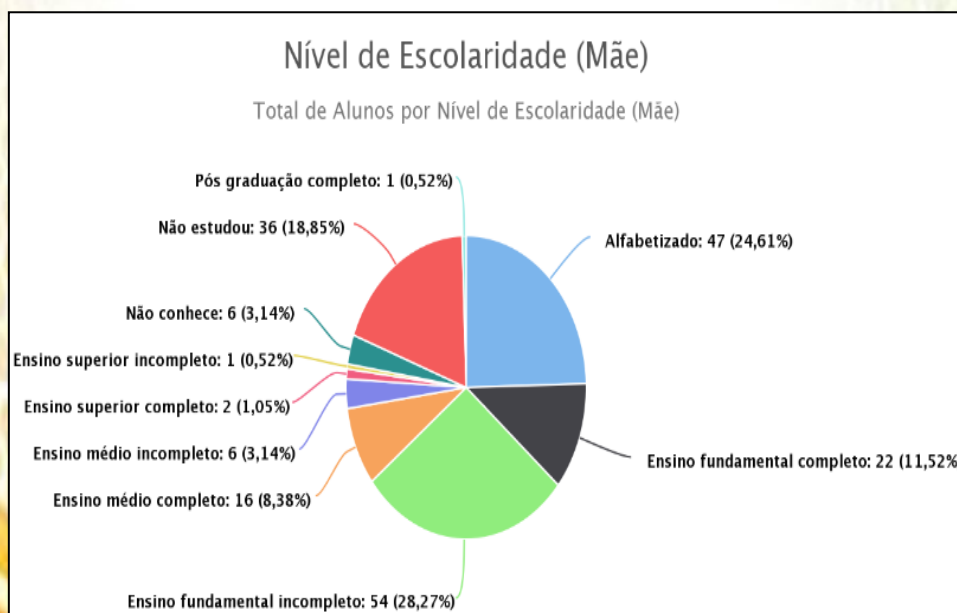
Comumente, a pobreza se estabelece num ciclo reprodutivo, passando de geração a geração. A compreensão de quem é o sujeito, sua origem e sua composição familiar explicam muitas de suas limitações educacionais. Foram crianças que precisaram trabalhar muito cedo para contribuir no sustento da casa? Vivenciaram contexto de violência familiar? Pais faziam uso abusivo de álcool e outras drogas? Moravam na cidade ou no campo? Como era o acesso à escola? Família numerosa? Que incentivo recebiam para o estudo? O que os pais pensavam sobre estudar? Achavam importante? Havia condições para estudar? Os pais estudaram até que série?

No relatório de caracterização socioeconômica dos estudantes da EJA, no Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP/Assistência Estudantil foi possível verificar que, em relação ao pai, 25,65% não estudaram, 17,28% foram alfabetizados e 23,04% têm o Ensino Fundamental incompleto. Em relação à mãe, 18,85% não estudaram, 24,61% foram alfabetizadas e 28,27% têm o Ensino Fundamental incompleto.

**Figura 1.** Total de alunos por nível de escolaridade do pai



**Figura 2.** Total de alunos por nível de escolaridade da mãe



As razões pelas quais os pais não estudaram costumam se repetir com os filhos. A reprodução desse cenário é bastante comum pelas próprias condições de criação.

Um estudo empírico citado por Wilkinson e Pickett estabelece, até mesmo, relações com o ambiente das crianças e sua atividade neurológica, afirma que “[...] aprendemos melhor em ambientes estimulantes, quando somos confiantes de ter sucesso”, uma vez que, “[...] quando nos sentimos felizes ou confiantes, nossos cérebros se beneficiam da liberação de dopamina, uma substância gratificante, que ajuda também a memória, a atenção e a solução de problemas”. Ademais, a liberação de serotonina “[...] melhora o ânimo, e de adrenalina, que nos ajuda a alcançar performances ótimas”; por outro lado, “[...] quando nos sentimos ameaçados, desamparados e estressados, nossos corpos são afetados pela liberação do hormônio cortisol, que inibe nossa capacidade de pensar e nossa memória” (ZULL, 2002 *apud* WILKINSON; PICKETT, 2010, p.115).

Assim, somente a estada no ambiente escolar não oferece condições de garantir um processo de aprendizagem satisfatório. Mais que isso, a repercussão dessas características vivenciadas passa a ser refletida no processo de aprender do estudante, por vezes, levando-o à desistência.

### **Homem ou mulher?**

O fator sexo é outra variável bastante importante a ser observada. Vivemos em uma sociedade patriarcal, onde, historicamente, foi estabelecido o espaço público para o homem e o privado (casa) para a mulher. A mulher é geralmente vista como cuidadora do lar e mãe, ao passo em que o homem é tido como o provedor, chefe da família, aquele que sustenta.

A família na qual os papéis do homem e da mulher e as fronteiras entre público e privado são rigidamente definidos; o amor e o sexo são vividos em instâncias separadas, podendo ser tolerado o adultério por parte do homem e a atribuição de chefe da família é tida como exclusivamente do homem” (GUEIROS *apud* CHRISTIANO; NUNES, 2013, p. 35).

No entanto, muitas mudanças ocorreram ao longo dos anos, e as mulheres, em suas lutas incessantes por reconhecimento de suas capacidades e possibilidades de ocuparem outros espaços, alcançaram o espaço público.

Uma das mudanças ocorreu entre o período de 1960 e 1970, com a descoberta da pílula anticoncepcional, interferindo diretamente na vida

sexual da mulher desta época. A mulher deixou de ter sua vida atrelada à maternidade (SARTI, 2007). A mulher assumiu uma nova postura na sociedade, com novas possibilidades, mais autonomia, e novas responsabilidades dentro da sociedade, o que acabou transformando os laços familiares e apresentando importantes mudanças na família (GUEIROS *apud* CHRISTIANO; NUNES, 2013, p. 37).

Porém, a estrada ainda é longa e tortuosa, pois geralmente a mulher não encontra apoio para a busca da autonomia, e, nessa busca, acaba por acumular multitarefas. Hoje, muitas, além de darem conta do espaço privado, precisam também prover o sustento por meio do trabalho externo, assumindo um complexo conjunto de responsabilidades, onde a sobrecarga é aumentada quando entram na vida acadêmica, tendo que inserir dentro da rotina, já cansativa, mais uma tarefa que exige dedicação e concentração.

Logo, contar com uma rede de apoio, tanto para o estudo, como para o trabalho, é extremamente necessário nesses casos. Todavia, a realidade da maioria é que precisam deixar seus filhos mais novos com os mais velhos, ainda que os mais velhos, por vezes, sejam crianças ou adolescentes. Ou, no caso do estudo, levá-los para a escola, que ainda não oferece condições adequadas para recebê-los.

Outra grande mudança que cabe ressaltar é a legalização do divórcio em 1977, trazendo a possibilidade de reconstituição de novas famílias. Ainda, a Constituição de 1988 reconheceu a família de forma mais ampla, não centrada apenas no casamento, abrangendo também a união estável e as famílias monoparentais. Assim, é preciso pensar também qual o arranjo familiar está presente.

### **Qual o arranjo familiar ou modelo de família? Pai ou mãe solo?**

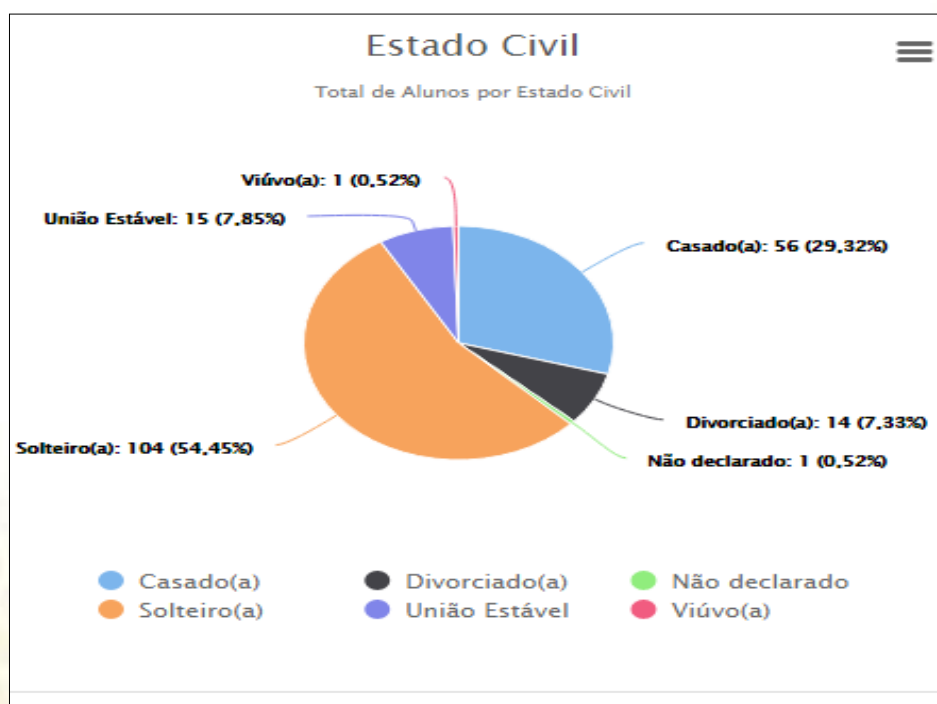
A família monoparental feminina é comum dentro do *campus* Águas Lindas. Muitas das nossas estudantes são mães solo ou integram famílias lideradas por mulheres. A condição da maternidade solo<sup>7</sup>, em regra, não se dá por escolha dessas

---

<sup>7</sup> Em referência ao termo mãe-solteira, historicamente utilizado para identificar as mulheres que criam os filhos sozinhas, a expressão mãe solo tem se popularizado na sociedade atual como uma tentativa de desconstruir a definição pejorativa e relacionada ao estado civil. Por muito tempo, o termo foi tratado sob a visão do controle social nas sociedades patriarcais, na qual a maternidade se apresenta como elemento de subjugação da mulher em relação ao homem. Mudar a forma de se referir a essas mulheres visa, desta maneira, eliminar o preconceito com as genitoras que não têm qualquer relação com o pai de seus filhos, ou com mães que se separam, ou mães que optaram por serem mães sem necessariamente estar em uma relação conjugal (SILVA; CASSIANO; CORDEIRO, 2019, p. 67).

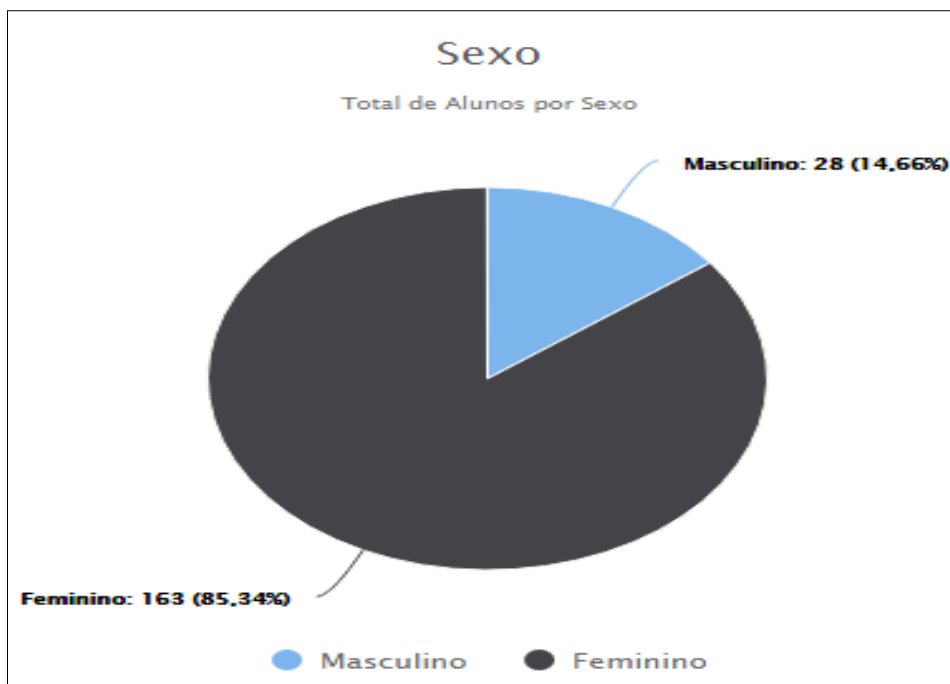
mulheres, mas como condição na qual seus companheiros e, geralmente, pais dos filhos que criam sozinhas, as colocaram. No relatório socioeconômico do SUAP/ Assistência Estudantil, apenas 37,17% declararam ser casadas ou estarem em união estável. Nesse sentido, é preciso considerar que 85,34% das turmas da EJA são compostas por mulheres.

**Figura 3.** Total de alunos por estado civil



**Fonte:** SUAP – Assistência Estudantil (2020)

**Figura 4. Total de alunos por sexo**



**Fonte:** SUAP – Assistência Estudantil (2020)

Apesar das mudanças ocorridas na sociedade, no conceito e tipos famílias, nas questões de gênero, a paternidade solo não se configura de forma expressiva. No caso de separação, o papel de criação/educação dos filhos ainda está a cargo da mulher. Em nosso *campus* temos apenas uma situação de paternidade solo.

A questão da responsabilidade civil e afetiva paterna se mostra nos dados do Censo Escolar 2011, apresentando pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, estima-se que cerca de 5,5 milhões de estudantes brasileiros não possuam o nome do pai na certidão de nascimento. Com o registro paterno na certidão de nascimento, o filho passa a ter direitos patrimoniais, à herança e à pensão alimentícia. No entanto, as pessoas que procuram o procedimento geralmente buscam reconhecimento afetivo por meio do registro (CNJ, 2015, p. 8).

Esse dado mostra o quanto a responsabilidade de criação dos filhos está lançada sobre as mulheres, sendo feito, inclusive, um esforço por parte do judiciário brasileiro que, com o objetivo de mudar esse quadro, em 2012 lançou o Programa Pai Presente.

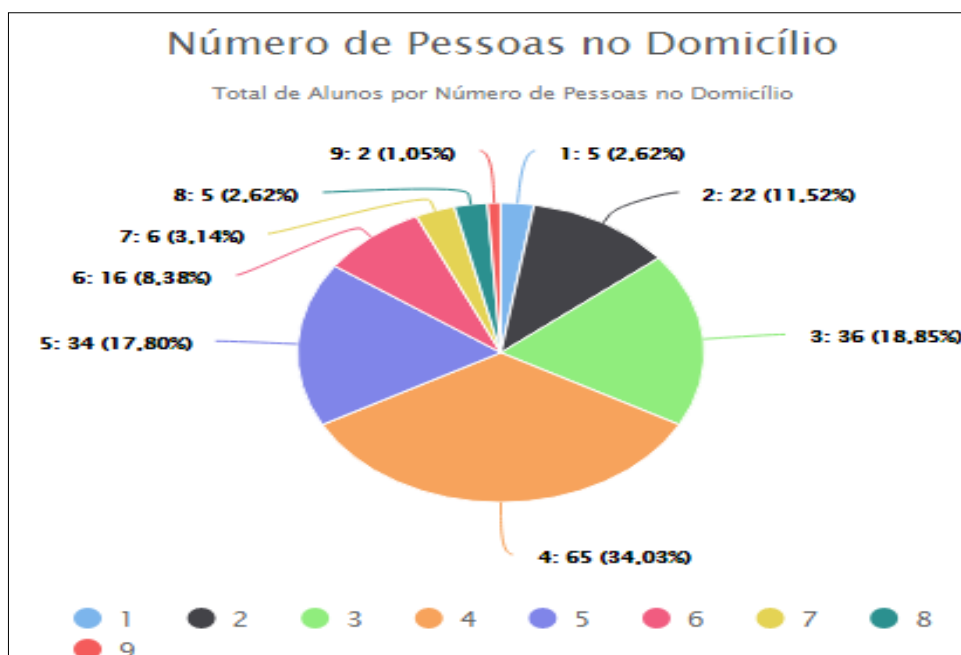
Diante das multi-responsabilidades, o processo de ensino e aprendizagem, que exige dedicação, comprometimento e boas condições físicas e psicoemocionais, pode passar a se configurar como um peso.

**Quantos filhos (os)? Presença de crianças? Presença de idosos? Gestantes? Pessoas com Necessidades Específicas?**

Quanto mais numerosa a família, maiores são as dificuldades financeiras, assim como maiores são as dificuldades para se manterem estudando. Quando essa família tem a presença de crianças, idosos, gestantes e/ou pessoas com deficiência física, de sentidos ou mental, que demandam mais atenção pela pouca autonomia ou autonomia limitada desses entes, mais complicado se torna o cotidiano da estudante.

Muitas mulheres passam pela perda de uma segunda oportunidade de estudo ou de um trabalho melhor pela sobrecarga à qual são submetidas no cuidado com seus familiares, e por não terem com quem compartilhar tais atribuições. Conforme o SUAP - Assistência Estudantil (2020), 66,5% das famílias dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos é composta por 4 a 9 pessoas, contado com um número expressivo de crianças e adolescentes.

**Figura 5.** Total de alunos por número de pessoas no domicílio



Fonte: SUAP – Assistência Estudantil (2020).

### Sugestões de Leitura:

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Programa Pai Presente - CNJ Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/conteudo/destaques/arquivo/2015/04/b550153d316d6948b61dfbf7c07f13ea.pdf>. Acesso em: 21 de maio 2020.

COSTA, F. A. Mulher, Trabalho e Família: Os Impactos do Trabalho na Subjetividade da Mulher e em suas Relações Familiares. *Pretexto*, v. 3 n. 6, 2018, Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15986>. Acesso em: 21 de maio 2020.

CRISTIANO, R. M.; NUNES, N. R. A. A Família na Contemporaneidade: Os Desafios para o Trabalho do Serviço Social. *Em Debate*, 2013, v. 2, n. 11, pág. 32–56. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/26982/26982.PDF>. Acesso em: 29 abr.2020.

CODES, A. L. M. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 1332. IPEA. 2008.

LEITE, L. H. A. *Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social*. Módulo III – Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza. Brasília: MEC, 2015. Disponível em <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-3/index.html>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

SILVA, C. G.; CASSIANO, K. K.; CORDEIRO, D. F. Mãe solo, feminismo e Instagram: análise descritiva utilizando mineração de dados. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste – Goiânia - GO – 22 a 24/05/2019*. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1197/o/2019-Intercom-CO-Silva\\_Cassiano\\_Cordeiro.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1197/o/2019-Intercom-CO-Silva_Cassiano_Cordeiro.pdf). Acesso em: 21 de maio 2020.

**Condições de habitação:** Casa de alvenaria, madeira, lona, etc.? Casa própria, alugada, cedida, etc? Bairro distante da escola? Ruas asfaltadas? Como são as condições de saneamento? Bairro considerado violento? Há posto de saúde no bairro? Há escolas no bairro? Há Centro de Referência em Assistência Social (CRAS)<sup>8</sup> no bairro? Como se deslocam?

A moradia enquanto direito social prevê condições de vida dignas. O estado da habitação, de aquisição da mesma e de localização são fatores que contribuem significativamente para a estada do estudante na escola e para o seu processo educativo. Morar em bairros violentos, onde o estudante precisa retornar às 22h30min para a casa, pode se tornar um fator determinante para o não acesso à escola ou a desistência.

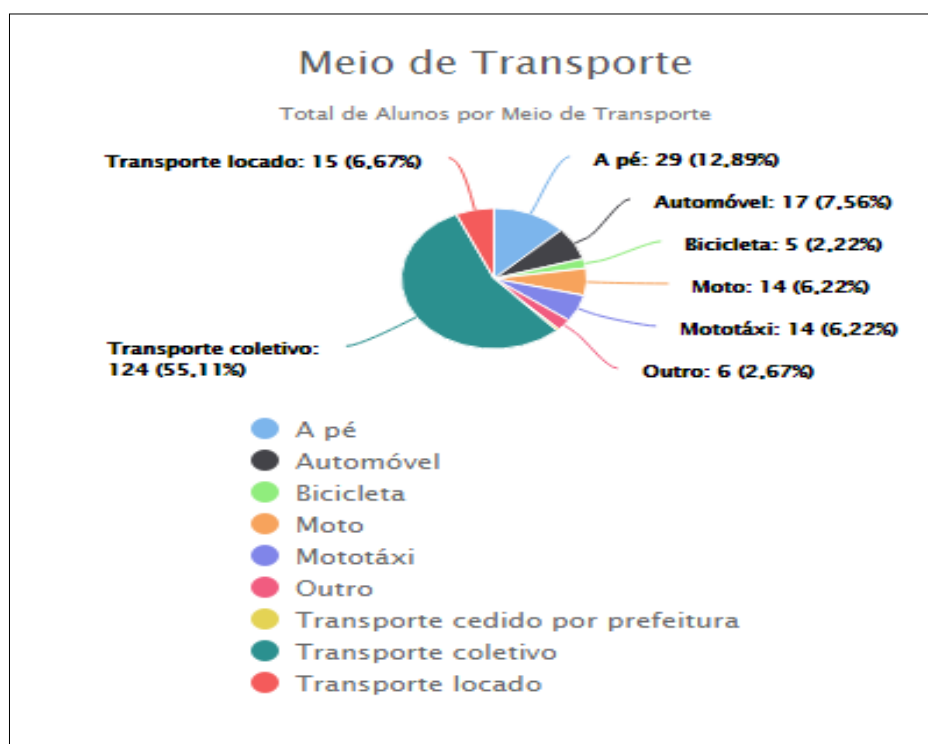
Morar em bairros onde não há equipamentos públicos, como escolas, postos de saúde e CRAS faz com que estes estudantes precisem se deslocar, e isso tem um custo, levando-os, ocasionalmente, a não buscar por esses serviços, além das dificuldades encontradas para o próprio deslocamento, por morar em bairros sem asfalto, distante dos pontos de ônibus, ou até mesmo fora do itinerário.

Muitos de nossos estudantes enfrentam dificuldades no deslocamento de casa para escola e vice-versa por não haver transporte público que passe por seu bairro, tendo que ir para a BR 070, que divide a cidade. Nessa BR só passam os coletivos que fazem o transporte interestadual: Brasília, Taguatinga, Ceilândia e Águas Claras (raramente), tendo que desembolsar uma passagem que custa entre R\$ 5,85 a R\$7,05, ida e volta/dia. A cidade possui 92 bairros e, conforme dado do IBGE, uma extensão territorial de 192,392 km<sup>2</sup>, e mesmo aqueles que vão a pé para a escola, precisam percorrer longas distâncias. De acordo com o SUAP - Assistência Estudantil (2020), 70,22% vão para a escola a pé, de transporte coletivo ou de bicicleta.

---

<sup>8</sup> O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias (Art. 6º-C, § 1º LEI Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993).

**Figura 6.** Total de alunos por meio de transporte



**Fonte:** SUAP – Assistência Estudantil (2020)

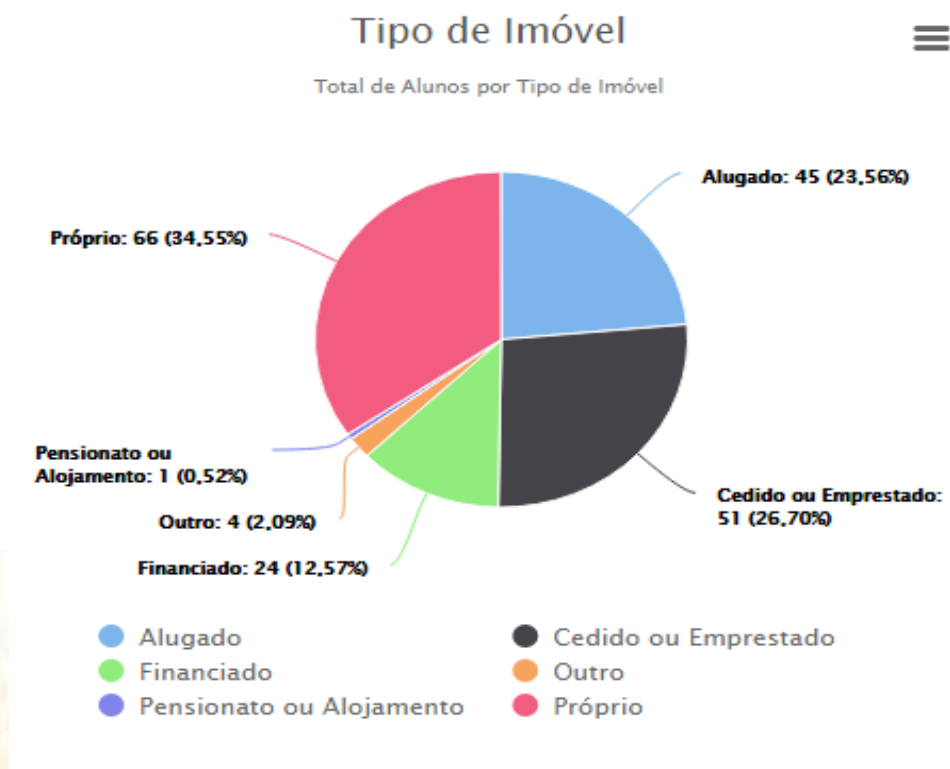
A falta de saneamento básico, como de abastecimento de água, rede de esgoto e limpeza urbana são fatores que levam ao adoecimento e pioram, significativamente, as condições de higiene pessoal e limpeza.

Quanto às condições físicas da moradia, observar o tamanho e a qualidade do local é importante para que possamos pensar com que decência essa família pode se manter nesse espaço, que dificuldades podem passar, como infiltrações, inundações, entre outras. Casa pequena com família numerosa dormindo no mesmo cômodo e fazendo diversas atividades no mesmo espaço gera uma situação de insalubridade e falta de privacidade. Isso torna o ambiente inadequado para o descanso, anula a individualidade, prejudica qualquer atividade que exija concentração, além de prejudicar as relações, que passam a se tornar desarmoniosas.

Essa falta de privacidade e de espaços mais adequados para cada ente, a partir de sua idade e necessidades, faz com que crianças vivenciem situações inadequadas, sendo, em algumas circunstâncias, estimuladas à adultização e erotização. Não incomum são as más condições de habitação facilitarem situações

de violência e abuso sexual de crianças e adolescentes. De acordo com o SUAP - Assistência Estudantil (2020), 52,87% dos estudantes moram em imóvel alugado ou cedido, alojamento ou outras formas de habitação.

**Figura 7.** Total de alunos por tipo de imóvel



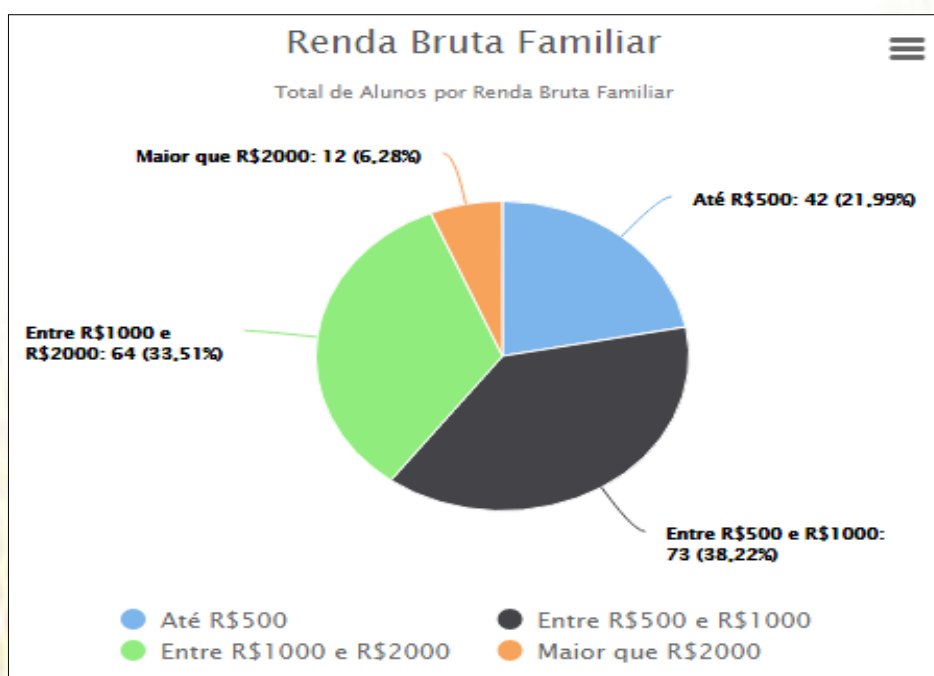
**Fonte:** SUAP – Assistência Estudantil (2020)

**Emprego e Renda:** Quem é o provedor (a) principal da casa? O (a) estudante trabalha? Com o quê trabalha? Onde trabalha? Tem com quem deixar os filhos para trabalhar e/ou estudar? Já perdeu oportunidade de emprego melhor por não poder assumir, face às dificuldades que enfrenta? Quanto ganha? Quem mais trabalha na residência? Quantas horas de trabalho por dia? De que horas a que horas? Como considera seu ambiente de trabalho? Está satisfeito (a) com ele? Se separado (a) e com filhos, recebe pensão alimentícia? Já acessou a Justiça para o recebimento?

Grande parte da população economicamente ativa da cidade de Águas Lindas trabalha no DF. Aproximadamente, 57,9% fazem, diariamente, o processo de migração pendular, utilizando-se do transporte público, ao custo de R\$ 5,85 para a cidade de Taguatinga e R\$ 7,05 para a cidade de Brasília. Muitos trabalham no setor

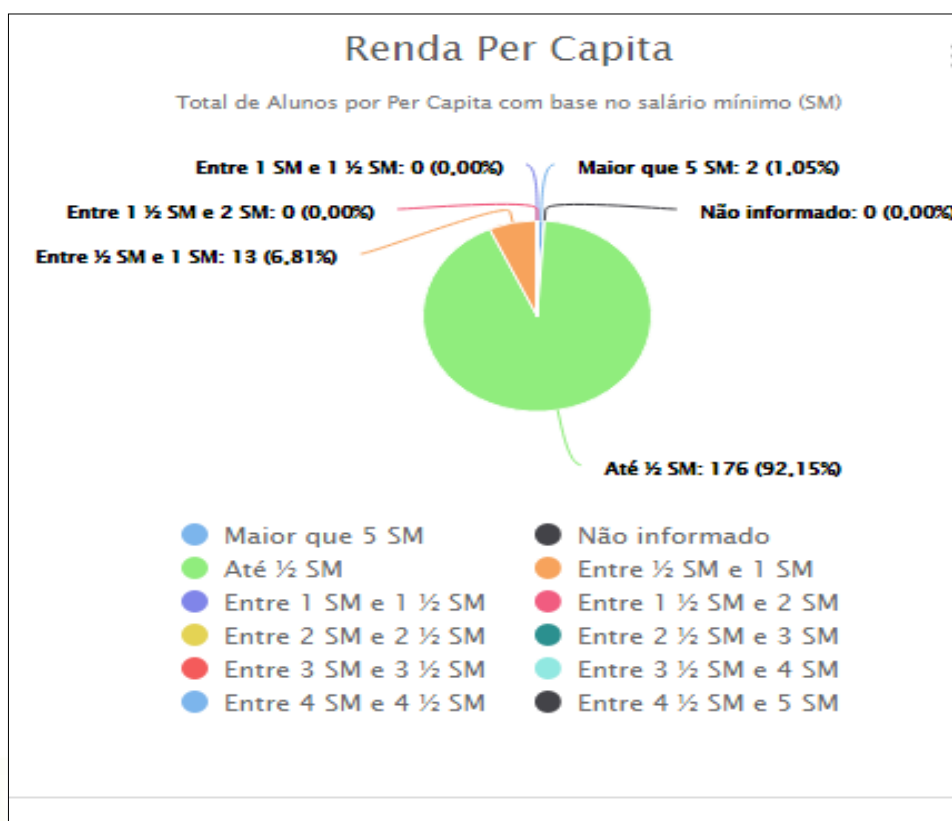
de serviços, como diaristas, vendedores ambulantes, empregadas domésticas, trabalhadores da construção civil, porteiros, ou no comércio formal e informal. São empregos instáveis, mal remunerados e que, por si, já trazem exaustão física e mental, capazes de comprometer o processo de aprendizagem. Conforme dados do SUAP - Assistência Estudantil (2020), 61,25% de nossos estudantes da EJA possuem renda bruta familiar de até mil reais; 87,43%, uma renda *per capita* abaixo de meio salário mínimo; e 62,83% nunca trabalhou ou não está trabalhando no momento.

**Figura 8.** Total de alunos por renda bruta familiar



**Fonte:** SUAP – Assistência Estudantil (2020)

**Figura 9.** Total de alunos por renda *per capita*



**Fonte:** SUAP – Assistência Estudantil (2020)

Nesse sentido, conforme Queiroz,

Dentro do quadro de migração intrametropolitana constitui-se um cenário de migração pendular entre os municípios do Entorno (cidades dormitório) e as localidades do DF. A maior parcela das pessoas que fazem essa 'transumância' diária, buscando a própria sobrevivência, trabalha em empregos que requisitam mão-de-obra de baixa qualificação ou conquista suas rendas no mercado informal. Outros procuram as cidades do DF e Brasília para ter acesso aos equipamentos de saúde e educação (QUEIROZ, 2006, p.8).

Cumpra deixar evidente que a parcela de estudantes empregados possui dificuldade no deslocamento, não só pela distância ou gasto com as passagens, mas também pelas más condições do transporte público interestadual. A viagem, com distância de aproximadamente 50 km, é feita de forma indigna, em transportes sujos e abarrotados, não sendo incomum estes darem problemas ao longo do percurso e terem que parar para aguardar outro.

Pela pouca quantidade de veículos circulando, e os demais fatores citados, esses estudantes trabalhadores tendem a perder de 3 a 6 horas de seu dia apenas

com o deslocamento, e a gastar, trabalhando, de 8 a 11 h/dia. Há trabalhadores (as) que saem de suas casas às 5h, com o dia ainda escuro, para que consigam estar em seus postos de trabalho às 8h. Igualmente difícil e demorado é o retorno.

No caso do (a) estudante trabalhador (a) da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a possibilidade de chegarem às 19h15min, horário de início das aulas, fica comprometida. Quando se analisa a quantidade de tempo gasto com deslocamento e trabalho externo, nota-se a dificuldade existente, não só para estar em sala de aula, mas para a dedicação aos estudos fora dela.

### **Sugestão de Leitura:**

ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n107/02.pdf>. Acesso em: 27 de maio 2020.

ARROYO, M. G. *Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Módulo Introdutório – Pobreza, Desigualdades e Educação*. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/index.html>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

QUEIROZ, E. P. *A migração intrametropolitana no Distrito Federal e Entorno: o conseqüente fluxo pendular e o uso dos equipamentos urbanos de saúde e educação*. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

**Condições de saúde:** De que forma tratam a saúde? Possui doenças crônicas? Possui deficiência? Toma medicação controlada? Como adquire? Compra ou retira na Rede Pública de saúde? Se compra, qual o valor gasto com o medicamento? Tem hospital ou posto de saúde na região? Recebe Bolsa Família ou o Benefício de Prestação Continuada (BPC)<sup>9</sup>? Passar ou já passou por privação alimentar? O que costumam comer?

---

<sup>9</sup> O Bolsa Família é um programa da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. O Programa Bolsa Família atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza. Foi utilizado um limite de renda para definir esses dois patamares. Assim, podem fazer parte do programa: todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 89,00 mensais; e famílias com renda por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

O Benefício de Prestação Continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. (Art. 20, lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993).

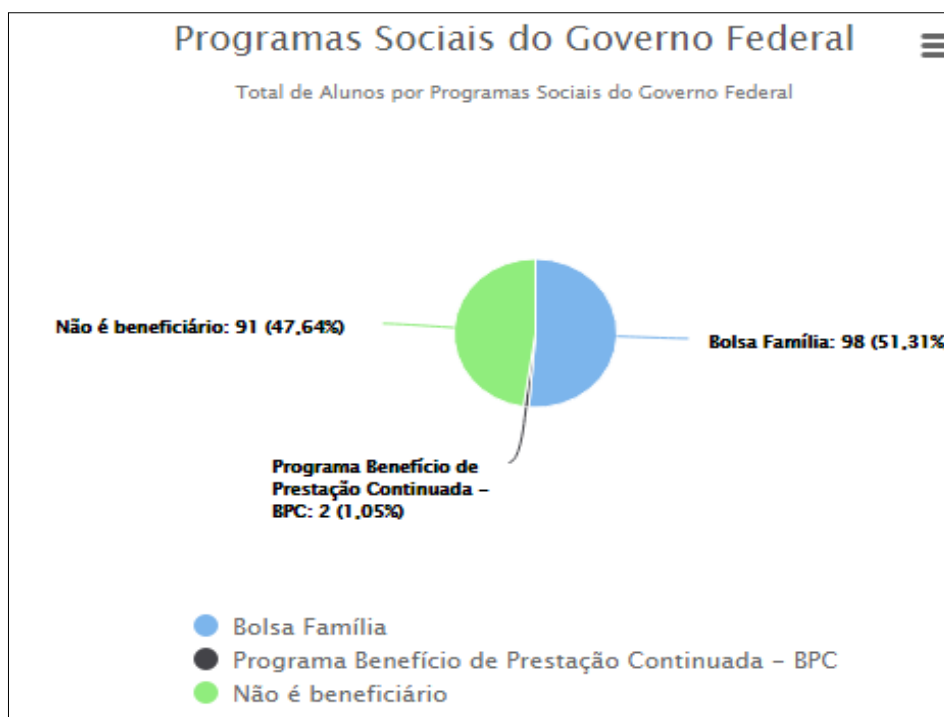
As condições de saúde são bastante importantes de serem observadas, pois colaboram significativamente para a falta, desistência ou baixo rendimento do estudante. Seja por ter um ente doente, que requer cuidados específicos, seja por ele próprio estar doente. Estas são geralmente doenças crônicas que precisam do uso de medicamentos contínuos, e que, muitas vezes, não conseguem acessar pela rede pública de saúde, tendo que dispor de parte de seu pouco recurso financeiro para o atendimento de mais esta necessidade.

Do mesmo modo, famílias onde há entes com deficiência tendem a comprometer mais ainda o rendimento do estudante, pois demandam maior disponibilidade de tempo e gastos. Além do tempo que se torna indisponível, os desgastes físico, psicológico e emocional tendem a ser maiores. A maioria dos estudantes da EJA faz uso dos serviços públicos de saúde. Conforme dados do SUAP - Assistência Estudantil (2020), apenas 1,05% possui plano privado de saúde.

A privação alimentar também deve ser observada, pois ela se expressa, muitas vezes, num quadro de fome e/ou desnutrição presente em muitas situações de pobreza. A ausência de alimentos por períodos prolongados causa inúmeros desconfortos: dor, fraqueza, mal-estar, diminuição das funções imunológicas e impossibilita a concentração.

De acordo com dados do SUAP – Assistência Estudantil (2020), entre os estudantes da EJA, 51,31% recebem Bolsa Família e 1,05%, recebem o BPC.

**Figura 10.** Total de alunos por programas sociais do Governo Federal



Fonte: SUAP – Assistência Estudantil (2020)

O Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836/04, é um programa de transferência de renda que atende a famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Possui um limite de renda que define essas situações: pobreza (renda per capita entre 89,01 e 178 reais) e extrema pobreza (per capita de até 89 reais). Já o BPC, o Benefício de Prestação Continuada, é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família (Art. 20, LEI Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993).

#### **Sugestões de Leitura:**

Programa Bolsa Família. **LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm). Acesso em: 20 de maio de 2020.

Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em: 20 de maio de 2020.

#### **FATORES SOCIOCULTURAIS, POR QUE OBSERVAR?**

**Origem:** De que região vem? Como se declara em relação à raça/cor da pele?  
Prática de entretenimento: O que lê? Com que frequência lê? Compartilha os conhecimentos que adquire com seus familiares? Ao que assiste? Ao que não tem acesso, mas gostaria de ter? O que faz para além do trabalho? Frequenta cinema, teatro, shows? Possui prática espiritual/religiosa? A importância da espiritualidade/religiosidade? Bebe? Fuma? Participa de grupo/s? Você se sente acolhida dentro desse/s grupo/s?

**Histórico de Ascendência:** Qual a região de origem dos pais? Quantos filhos tiveram? Moravam na cidade ou na área rural? Começaram a trabalhar com que idade? Por que motivo? Como era sua relação com pais e familiares? Havia preconceito? Comportamentos agressivos? Pai ou mãe faziam/fazem uso abusivo de álcool ou outras drogas? Tinham acesso à escola? Os pais estudaram? Se estudaram, até que série? De que forma passaram os saberes que tinham? De uma forma mais dialogada, ou de forma mais impositiva? Teve uma boa relação afetiva com seus familiares?

Os aspectos socioculturais nos dizem respeito ao conjunto de comportamentos, costumes, hábitos, práticas, que são passadas pela vivência em determinados grupos e espaços. Observa-se nos atendimentos sociais, com certa frequência, a reprodução daquilo que os pais trazem ou trouxeram de suas vivências. Às vezes, por conta do não contato com outras possibilidades de estilo de vida, que comumente, os fazem reproduzir aquilo que conhecem como única possibilidade.

Grande parte da população de Águas Lindas vem da região do Distrito Federal ou da região Nordeste do país. É preciso levar em consideração que muitos que vêm do DF já são os filhos de migrantes nordestinos que chegaram a Brasília para a construção da capital e/ou na busca por empregos e possibilidades melhores de vida. Vindos de realidades dolorosas, esses sujeitos, apesar de encontrarem mais condições de sobrevivência no entorno, como possibilidade de moradias mais baratas, continuam a viver em precariedade.

Os movimentos migratórios, no Brasil, são processos históricos associados, sobretudo, às dificuldades socioeconômicas pelas quais passam essas pessoas que se colocam como transeuntes pelos espaços geográficos,

sempre com a expectativa de ascensão social. Contudo, nem sempre esses objetivos são atendidos e muitos se inserem em uma dinâmica de vida atravessada pelo desemprego, subemprego ou baixos salários, por moradias precárias, pela falta de usufruto de serviços públicos básicos e infraestrutura urbana mínima, como saneamento básico, asfaltamento das ruas, áreas públicas de lazer, educação pública de qualidade, atendimento de saúde e quantidade insuficiente de hospitais, pela dificuldade de mobilidade intraurbana e interurbana, uma vez que boa parte da população realiza uma migração pendular para trabalhar no Distrito Federal. Todas essas características que apontamos estão presentes no município de Águas Lindas de Goiás (OLIVEIRA; MONTEIRO, 2018, p.72).

Nas lembranças da origem, pouca ou nenhuma memória relativa ao estudo. As memórias estão mais ligadas à vida com a terra, paisagens, vida simples de interior, comidas típicas e cultura musical - tudo expresso na luta por sobrevivência. Quanto à cor/raça, segundo dados da Codeplan (2019), 69,24% da população é composta por pretos e pardos.

Grande parte da população encontra nas igrejas e bares existentes na cidade, a segunda (ou até única) outra atividade fora de casa. A cidade não possui muitos equipamentos públicos culturais que possibilitem à comunidade o acesso a outras formas de entretenimento e conhecimento. O *shopping* é a forma de diversão por meio do consumo encontrada na cidade - local onde muitos, pelas condições financeiras, não podem acessar.

De acordo com os dados da Codeplan (2019), no tocante à religião, a maioria da população de Águas Lindas de Goiás se declara de matriz cristã. Católicos, com 39,42% (81.501) do total; evangélicos tradicionais são 21,13% (43.691); e os Pentecostais 17,51% (36.194), que representam juntos o percentual de 38,64% (79.885) da população.

Tabela 1.5 - População segundo a religião declarada

Religião	Nº	%
Não têm religião	40.524	19,60
Católica	81.501	39,42
Evangélica tradicional	43.691	21,13
Evangélico pentecostal	36.194	17,51
Espírita	1.487	0,72
Oriental	0	0,00
Origem afro	517	0,25
Outras	2.521	1,22
Não sabem/não quiseram informar	323	0,16
<b>Total</b>	<b>206.758</b>	<b>100,00</b>

Fonte: PMAD 2017/2018 - Codeplan

A religião tende a desempenhar um papel significativo na luta pela sobrevivência e superação e/ou aceitação da condição de pobreza. A proposta de melhoria pela via da fé ainda é bastante presente na população. Encarar as dificuldades se torna mais fácil quando encontram o acalento em suas práticas religiosas, na esperança de dias melhores. A interferência de preceitos religiosos, também se fazem presentes no que tange a violência intrafamiliar, relação de gênero e orientação sexual. Comum ouvir a não aceitação de outras religiões, tidas como se não “fossem de Deus”.

A violência contra mulheres muitas vezes reforçada pela ideia de lideranças religiosas evangélicas, de que é uma fase, ou de que seus esposos estão tomados por “demônios”, e por isso as mulheres são aconselhadas apenas a orar para que Deus liberte seus companheiros.

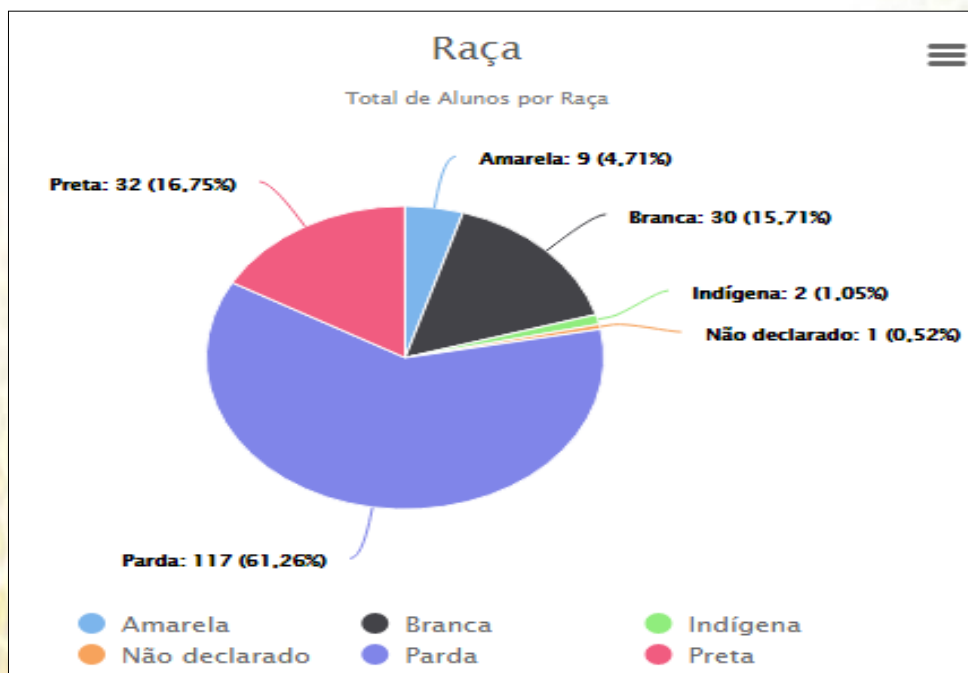
Conforme dados do Tribunal de Justiça de Goiás, em 2018, das 442 audiências criminais agendadas no município de Águas Lindas, quase a metade era relacionada à Lei Maria da Penha. Além dos reforços discriminatórios existentes, sobre outras identidades de gênero e orientações sexuais, como “abomináveis aos olhos de Deus”. Essas falas estão presentes no discurso de muitos de nossos estudantes. Discursos que vão sendo repassado às outras gerações.

O conjunto das representações sociais que se constituíram no decorrer da história sobre a subordinação e a inferioridade das mulheres, marca a sua auto percepção e a percepção dos outros sobre elas. São essas representações sociais que trazem significados que têm provocado nas mulheres a permissão resignada da violência, e o discurso religioso tem participação no processo de produção e reprodução dessas representações. (LEMOS; SOUZA, 2009. p. 59 *apud* KROB, 2014, p. 213).

Frequentar bares é um dos hábitos de lazer de parte da comunidade. O consumo excessivo é recorrente, e é comum relatos da repercussão na vida dessas famílias, como violência doméstica, desemprego, abandono escolar, abandono de emprego, perdas financeiras, entre outros. A lida com o uso abusivo de álcool e outras drogas colabora para a perda no interesse em aprender e/ou abandono dos estudos.

Outro fator relevante a se considerar é a questão de etnia/raça/cor. Conforme dados do SUAP – Assistência Estudantil (2020), entre estudantes que se consideram pretos e pardos, tem-se um percentual de 78%.

**Figura 11.** Total de alunos por raça



**Fonte:** SUAP – Assistência Estudantil (2020)

Pelo processo histórico escravocrata brasileiro, sabe-se que aos negros foram negados diversos espaços. Está negação, advinda de um modo desumano e desigual, repercutiu no acesso a direitos, incluindo a educação.

Vale ressaltar que a educação formal, em seu currículo, não abordava a história cultural de origem do seu povo. Levando em consideração que, temos uma população formada, em sua maioria, por pretos e pardos. Foi apenas no ano de 2003, após muita luta dos movimentos sociais, que foi sancionada a Lei 10.639, que

alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, incluindo na Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Africana”. A partir daí, a educação começou a dar passos, ainda que tímidos, rumo a mudanças no reconhecimento e discussão sobre a questão racial e seus desdobramentos, no espaço escolar.

Hoje, para se trabalhar a possibilidade de inclusão, empoderamento e autonomia dos seguimentos historicamente excluídos, em que se enquadram a maioria de nossos estudantes, é necessário contarmos com ações afirmativas, ou seja, políticas que possibilitem minimizar as desigualdades, como a reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas, havendo que considerar, para além do fator racial, o fator renda e origem escolar.

Assim, com base na Lei 12.711/2012, a instituição garante 50% das vagas para candidatos oriundos de escola pública. E essa porcentagem, subdivide-se entre candidatos com renda inferior a um salário-mínimo e meio por pessoa, e candidatos que se considerem pretos, pardos ou indígenas. Os outros 50% destina-se à ampla concorrência. Assim, é perceptível que a questão de classe e raça, caminham juntas, como duas grandes variáveis da pobreza e da desigualdade social, conforme se observa no município de Águas Lindas, conseqüentemente, no *campus*.

#### **Sugestões de Leitura:**

OLIVEIRA, K. A. de; MONTEIRO, R. de M. Migração e memória: lembranças de nordestinos em Águas Lindas de Goiás (GO). Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/mediacao/article/view/8170>. Acesso em: 30 abr. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

Lei 12.711/2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 24 jun 2020.

Lei 10.639/03. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 24 jun 2020.

KROB, Daniéli Busanello. A igreja e a violência doméstica contra a mulher, 2014. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/viewFile/221/197>. Acesso em: 02 maio. 2020.

Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios - PMAD 2017/2018. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/PMAD-%C3%81guas-Lindas.pdf>> Acesso em: 01 maio. 2020.

Tribunal de Justiça de Goiás. Disponível em: <https://tj-go.jusbrasil.com.br/noticias/534931698/metade-das-audiencias-em-aguas-lindas-envolvem-casos-de-violencia-domestica>. Acesso em: 01 maio. 20.

## **FATORES SOCIOPEDAGÓGICOS: POR QUE OBSERVAR?**

Qual a escolaridade dos familiares? Quanto tempo se ausentou e razões pelas quais se ausentou da escola? Considera que tem boa escrita e boa leitura? Quais dificuldades enfrentadas no retorno à escola? Quais os motivos do abandono escolar? Possui alguma experiência traumática dentro do ambiente escolar? Você se sente estimulado a aprender dentro do ambiente escolar? Se sente acolhido em sala de aula? Quais as estratégias utilizadas pelos docentes te estimulam mais a aprender? Há escolas na região onde mora que possua a modalidade de EJA? Recebe(u) incentivo da família para retorno à sala de aula e permanência na escola? Possui material para estudar? Condições de estudo em casa: possui computador? Acesso à internet? Sabe lidar com as tecnologias? Como foi a jornada escolar antes de entrar no Instituto Federal? Como acessa informações? Como é o espaço em casa para os estudos (tempo, lugar e condições)? Quais as dificuldades encontradas em sala de aula? Como se relaciona com seus professores e com seus colegas? Conhece e utiliza os meios ofertados pelo IFG para lhe auxiliar sociopedagogicamente (Coordenação de Curso, CAPD, CAE, etc.)?

Além dos fatores econômicos, culturais, há os fatores diretamente ligados ao processo de aprendizagem formal. Eles são também econômicos e culturais, mas se ligam diretamente ao espaço institucionalizado da educação, às possibilidades objetivas e subjetivas de acesso e de aprendizagem, são os aspectos sociopedagógicos. A escolaridade ou não escolaridade dos pais, por exemplo, pode impactar na escolaridade dos filhos a partir da não compreensão da importância de estimular os filhos ao estudo, geradas não só pela ausência de instrução, mas também pelas condições de vida, que os permitem pensar apenas na sobrevivência, se atendo ao básico: comer e morar.

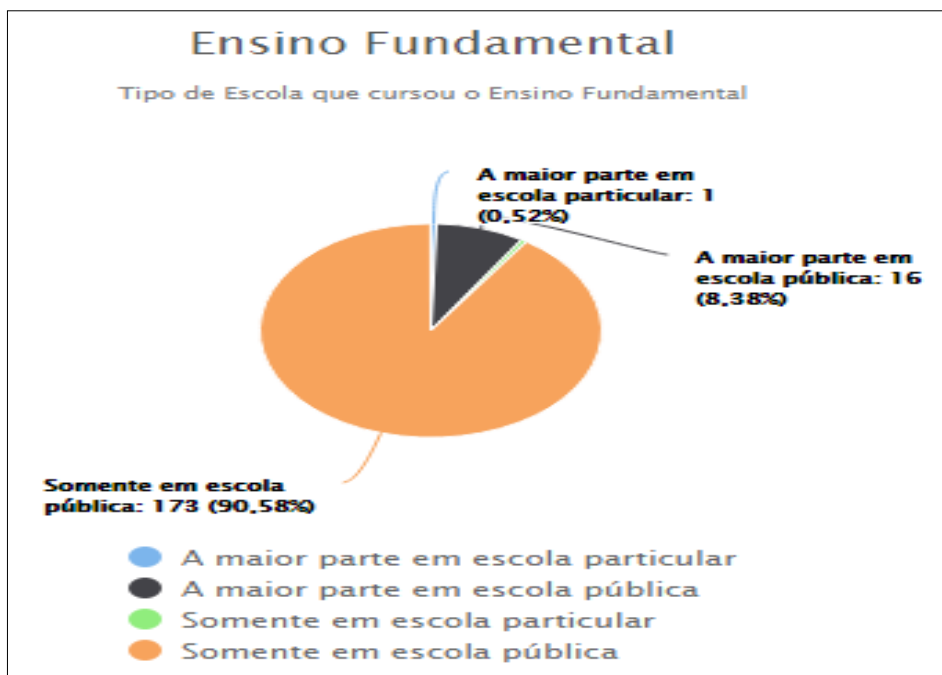
O estudante da educação de jovens e adultos já vem de um processo de exclusão e marginalização hereditário, trazendo a marca daqueles que no tempo dito

devido, por razões diversas, estavam fora dos bancos escolares. Aquele que vem de um processo de exclusão escolar precisa ser recebido não como alguém que no momento presente, está preparado para a inserção exitosa, por não existirem mais as questões que há tempos o fizeram não frequentar ou abandonar a sala de aula, mas justamente o contrário, há por vezes, mais dificuldades. Mas, algo está alterado: eles compreendem a importância de estudar por estarem em espaço e tempo históricos diferentes do de seus pais, com mais acesso às informações. Assim, o aluno em contexto de pobreza e desigualdade social, em especial da EJA, carece de encontrar na sala de aula a compreensão da função reparadora que a educação institucionalizada precisa ter. O fato de estarem acessando fora da idade costumeira, por si, exige outro olhar.

Procurar saber o percurso escolar do estudante, até que ponto foi, como foi, que tipo de escola frequentou. A EJA, por exemplo, ainda é vista como uma modalidade de educação paralela. Algumas instituições tratam esta modalidade como submodalidade, menos importante, e dão caráter certificatório, como se não tivessem, propositalmente, estado na escola na idade devida, e nesse segundo momento, devem aceitar o que vier, apenas para finalizar o processo e ser certificado. A educação tardia de jovens e adultos relaciona-se diretamente à situação socioeconômica, a seu histórico de vida, por isso a necessidade de se pensar em que medida esses aspectos se apresentam no processo de aprendizagem em sala de aula.

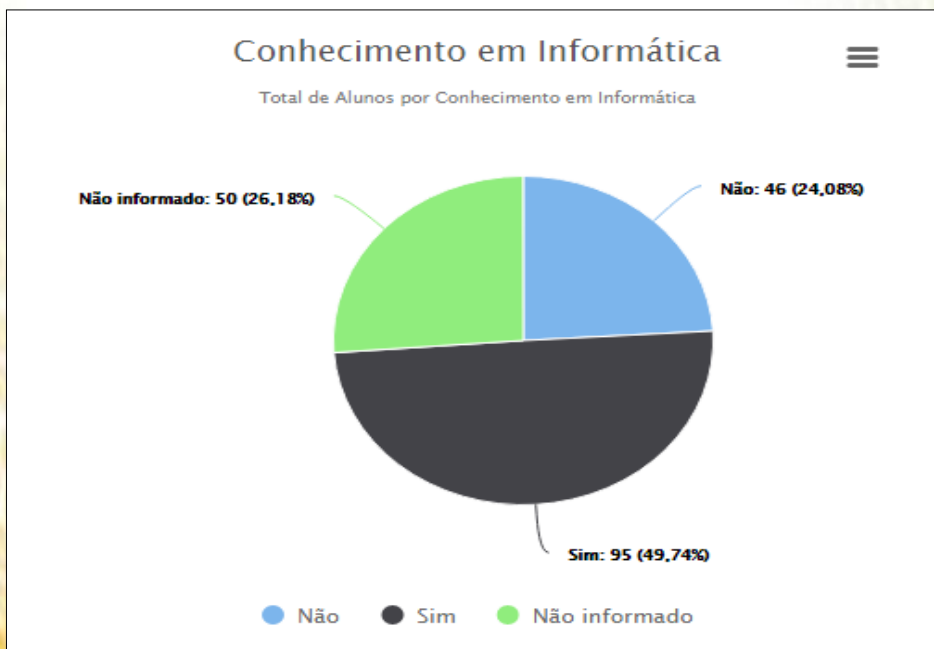
Em relação aos estudantes da EJA em nosso *campus*, conforme dados do SUAP - Assistência Estudantil (2020), 90,58% cursaram o Ensino Fundamental em escola pública; 96,37% não conhecem outro idioma; 49,74% não possuem conhecimento em informática, podendo este número ser maior, tendo em vista que 26,18% não informaram sua condição em relação a este tipo de conhecimento e 81,15% não possuem computador.

**Figura 12.** Total de alunos por tipo de escola que cursou o Ensino Fundamental



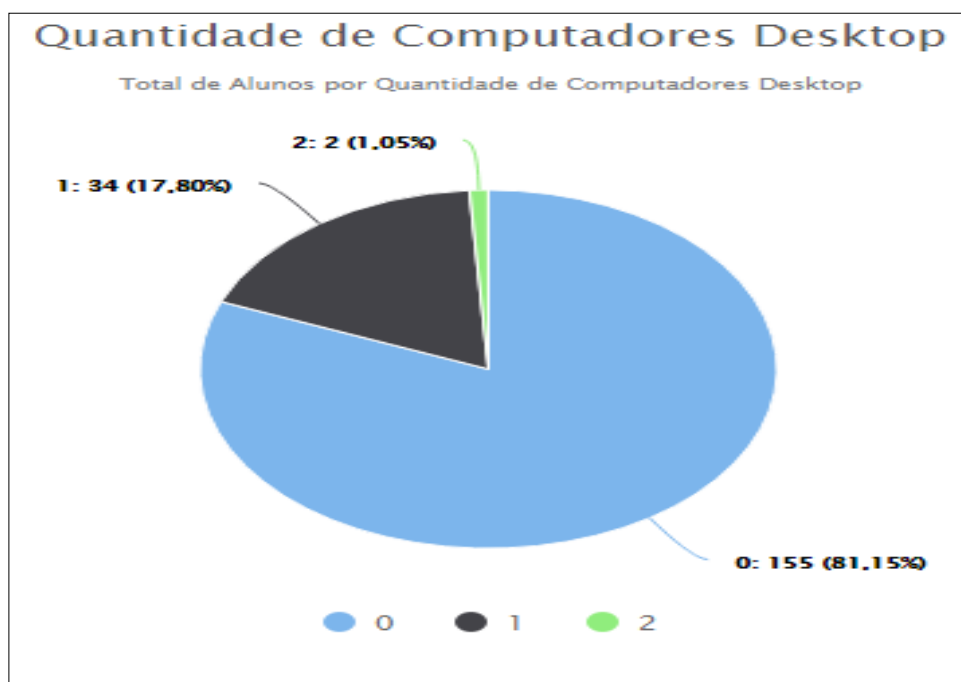
Fonte: SUAP – Assistência Estudantil (2020)

**Figura 13.** Total de alunos por conhecimento em informática



Fonte: SUAP – Assistência Estudantil (2020)

**Figura 14.** Total de alunos por quantidade de computadores desktop



Fonte: SUAP – Assistência Estudantil (2020)

A maioria acessa a internet via celular, na escola ou no local de trabalho. Tais dados nos convidam ao desafio de educar sob limitações diversas e servem-nos à compreensão de que este é o aluno que nos cabe trabalhar, dentro da perspectiva humana integral, colaborando para o processo de transformação social, por meio de uma prática pedagógica advinda, inicialmente, do conhecimento do sujeito com o qual e para o qual se trabalha. O docente no processo educativo também é um agente político-social.

#### **Sugestões de Leitura:**

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas Pedagógicas e Ensino Integrado. Revista Educação em Questão, Natal, v. 52, p.61-80, maio 2015.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação de Jovens Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: Leôncio Soares; Maria Amélia Giovanetti; Nilma Lino Gomes. (Org.). Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos. 28 edição, 2014, edições Loyola São Paulo, 1985.

\_\_\_\_\_. Didática. 2 edição - São Paulo: Cortez, 2013.

## REFERÊNCIAS

A Família na Contemporaneidade: Os Desafios para o Trabalho do Serviço Social. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/26982/26982.PDF>. Acesso em: 29 abr.2020

AMARO, Sarita. Visita Domiciliar: Teoria e Prática. São Paulo: Ed. Papel Social, 2014.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/02.pdf>. Acesso em: 27 de maio 2020.

ARROYO, M. G. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Módulo Introdutório – Pobreza, Desigualdades e Educação. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/index.html>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CODES, A. L. M. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 1332. IPEA. 2008.

Documento Base PROEJA- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja\\_medio.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf) Acesso em: 20 de maio 2020.

ENCICLOPÉDIA DE CONSCIENCILOGIA. Disponível: <[http://www.projetarium.com/enciclopedia/OBSERVACAO\\_ATENTA.full.html](http://www.projetarium.com/enciclopedia/OBSERVACAO_ATENTA.full.html)>. Acesso: Dez de 2018.

Estatuto do Instituto Federal de Goiás. Disponível em: [http://www.ifg.edu.br/attachments/article/5431/Estatuto\\_IFG.pdf](http://www.ifg.edu.br/attachments/article/5431/Estatuto_IFG.pdf). Acesso em: Dez de 2018.

KROB, Daniéli Busanello. A igreja e a violência doméstica contra a mulher, 2014. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/viewFile/221/197>. Acesso em: 02 maio. 2020.

KOSÍK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1989.

KUENZER, A. Z. Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

Lei 12.711/2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 24 jun 2020.

Lei 10.639/03. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 24 jun 2020.

Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em: 20 de maio de 2020.

LEITE, L. H. A. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Módulo III – Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza. Brasília: MEC, 2015. Disponível em <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-3/index.html>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública. A pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

Mulher, Trabalho e Família: Os Impactos do Trabalho na Subjetividade da Mulher e em suas Relações Familiares. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15986>. Acesso em: 21 de maio 2020.

Mãe solo, feminismo e Instagram: análise descritiva utilizando mineração de dados. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1197/o/2019-Intercom-CO-Silva\\_Cassiano\\_Cordeiro.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1197/o/2019-Intercom-CO-Silva_Cassiano_Cordeiro.pdf). Acesso em: 21 de maio 2020.

OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO. Estudo de implantação. Relatório de estudo/pesquisa natural, social, econômica e educacional da microrregião Entorno de Brasília, do município de Águas Lindas de Goiás e sua região limítrofe Goiânia, 2013. Disponível em: [https://www.ifg.edu.br/attachments/article/493/microrregiao\\_entorno\\_de\\_brasilia.pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/493/microrregiao_entorno_de_brasilia.pdf). Acesso em: 28 de maio 2020.

OLIVEIRA, Karen Almeida de; MONTEIRO, Rafael de Melo. Migração e memória: lembranças de nordestinos em Águas Lindas de Goiás (GO). Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/mediacao/article/view/8170>. Acesso em: 30 abr. 2020.

PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: MEC, 2008.

Plano Direito Institucional – IFG 2029/2023. Disponível em: [https://www.ifg.edu.br/attachments/article/5431/Minuta\\_pdi\\_2019\\_2023\\_181121.pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/5431/Minuta_pdi_2019_2023_181121.pdf). Acesso em: 28 de maio 2020.

Projeto Político pedagógico Institucional PPPI – 2018. Disponível em: [https://www.ifg.edu.br/attachments/article/11548/PPPI\\_IFG\\_2018.pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/11548/PPPI_IFG_2018.pdf). Acesso em: 28 de maio 2020.

Projeto Político de Curso - PPC Técnico em Enfermagem. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/689/PPC%20Tec%20em%20Enfermagem%20-%20IFG%20%C3%81guas%20Lindas.pdf>. Acesso em: 28 de maio 2020.

Programa Pai Presente - CNJ Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/destaques/arquivo/2015/04/b550153d316d6948b61dfbf7c07f13ea.pdf>. Acesso em: 21 de maio 2020.

- Programa Bolsa Família. LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm). Acesso em: 20 de maio 2020.

Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios - PMAD 2017/2018. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/PMAD-%C3%81guas-Lindas.pdf>. Acesso em: 01 maio 2020.

QUEIROZ, Eduardo Pessoa. A migração intrametropolitana no Distrito Federal e Entorno: o conseqüente fluxo pendular e o uso dos equipamentos urbanos de saúde e educação, Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

Regimento Geral do IFG. Disponível em: [http://www.ifg.edu.br/attachments/article/123/regimento\\_122015.pdf](http://www.ifg.edu.br/attachments/article/123/regimento_122015.pdf). Acesso em: 01 de maio 2020

RESOLUÇÃO 17/2020 - REI-CONSUP/REITORIA/IFG, de 13 de abril de 2020:

Sistema Unificado da Administração Pública - SUAP/Assistência Estudantil. Acesso em: 01 de maio 2020.

Tribunal de Justiça de Goiás. Disponível em: <https://tj-go.jusbrasil.com.br/noticias/534931698/metade-das-audiencias-em-aguas-lindas-envolvem-casos-de-violencia-domestica>. Acesso em: 01 de maio 2020.

WILKINSON, Richard; PICKETT, Kate. The spirit level: why equality is better for everyone. London (UK): Penguin, 2010.

## ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO PRÉ-VISITA DOMICILIAR (DOCENTE)

### Dados Gerais:

Nome: \_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_  
Cidade/Estado de origem: \_\_\_\_\_  
Considera-se: ( ) Negro ( ) Pardo ( ) Amarelo ( ) Branco ( ) Indígena ( ) Outro.  
Qual? \_\_\_\_\_  
Mora na cidade de Águas Lindas? ( ) Não ( ) Sim. Se sim, há quanto tempo? \_\_\_\_\_

### Dados Acadêmicos

#### 1. Sua educação básica se deu em:

- ( ) Escola Pública
  - ( ) Escola Privada
  - ( ) Parte em escola pública, parte em escola privada.
- Foi bolsista? ( ) Sim ( ) Não.

#### 2. Nível de Escolaridade:

- ( ) Graduação
- ( ) Especialização
- ( ) Mestrado
- ( ) Doutorado
- ( ) Pós-doutorado
- ( ) Em curso: \_\_\_\_\_.

#### 3. Sua educação superior se deu em:

- ( ) Universidade pública
  - ( ) Universidade privada.
- Foi bolsista? ( ) Sim ( ) Não

#### 4. Fez:

- ( ) Licenciatura
- ( ) Bacharelado
- ( ) Os dois

#### 5. Costuma realizar cursos de formação continuada?

- ( ) Sim. ( ) Não.

#### 6. Já fez algum curso de formação continuada depois que entrou no Instituto Federal?

( ) Sim. ( ) Não.

### Dados Profissionais

7. Há quanto tempo exerce a docência? \_\_\_\_\_.

8. Dava aulas em outra(s) escola(s) antes de entrar no Instituto Federal?

( ) Não. ( ) Sim.

Se sim, por quanto tempo e onde?

---

---

---

---

---

9. Já havia dado aulas na Educação de Jovens e Adultos? ( ) Sim. ( ) Não.

10. Se já deu aula antes de entrar no Instituto Federal, como percebe a relação professor/aluno estabelecida na escola na qual trabalhou, e no Instituto Federal?

---

---

---

---

---

11. Há quanto tempo é docente no Instituto Federal? \_\_\_\_\_.

12. Dá aulas no Integral Integrado e/ou na Graduação, também?

( ) Não. ( ) Sim.

Se "sim", utiliza de práticas de ensino diferentes, a depender da modalidade e/ou público?

( ) Sim. ( ) Não.

13. Utiliza todos os anos o mesmo plano de aula?

( ) Sim ( ) Não.

14. Embasa sua prática docente em alguma teoria de ensino/aprendizagem específica?

( ) Não. ( ) Sim.

Se "Sim", em qual?

---

---

---

---

---

**15. Conhece a proposta de educação da Rede Federal?**

( ) Não ( ) Mais ou menos ( ) Sim.

Se "sim", ou "mais ou menos", disserte, de forma sucinta, sobre.

---

---

---

---

---

---

**16. Conhece os documentos institucionais que norteiam os Institutos Federais? Ex: Leis de criação do IFs, PDI, PPPI.**

( ) Sim. ( ) Não.

**17. Segue, em sua prática, a tendência pedagógica:**

( ) Tradicional ( ) Progressista ( ) Não sei dizer.

**18. Já teve experiências educacionais, como aluno e/ou docente, fora do país?**

( ) Não. ( ) Sim.

Se "Sim", qual, em que lugar e por quanto tempo?

---

---

---

---

---

**19. Já percebeu a interferência de fatores sociais, como: falta de emprego, baixa renda, maternidade solo, entre outros, no processo de ensino/aprendizagem da estudante, em sala de aula? ( ) Sim ( ) Não**

**20. Que dados da realidade concreta você utiliza ao elaborar seu plano de aula e pensar suas práticas pedagógicas?**

---

---

---

---

**21. Dentro da/s disciplinas/s que ministra, é possível articular o conteúdo à vivência dos estudantes?**

( ) Sim. ( ) Não.

**22. Está envolvido como propositor ou colaborador de algum projeto de extensão ou ensino?**

( ) Não ( ) Sim.

Se sim, qual? \_\_\_\_\_.

**23. Possui cargo de gestão?**

( ) Não ( ) Sim.

Se sim, qual?

---

**24. Em sua opinião e conforme sua percepção da realidade, o município de Águas Lindas possui, predominantemente, uma população:**

- ( ) de nível socioeconômico extremamente elevado
- ( ) de nível socioeconômico elevado
- ( ) de nível socioeconômico mediano
- ( ) de nível socioeconômico baixo
- ( ) de nível socioeconômico extremamente baixo
- ( ) não sei responder

**25. O perfil socioeconômico dos estudantes da EJA, é:**

- ( ) extremamente elevado
- ( ) elevado
- ( ) mediano
- ( ) baixo
- ( ) extremamente baixo
- ( ) não sei responder

**26. Conforme sua experiência docente, quais são os principais problemas pedagógicos que enfrenta na Educação de Jovens e Adultos?**

---

---

---

---

---

---

---

**27. Em sua opinião, estes problemas pedagógicos se relacionam com as condições socioeconômicas das estudantes? Marque sua opinião, dentro de uma escala de 0 (não se relacionam) a 10 (se relacionam completamente):**

- |                            |  |
|----------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> 0 | <input type="checkbox"/> 6                 |
| <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 7                 |
| <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 8                 |
| <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 9                 |
| <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 10                |
| <input type="checkbox"/> 5 | <input type="checkbox"/> não sei responder |

**28. Você considera relevante entender a situação socioeconômica dos(as) alunos(as)?**

- Sim     Parcialmente     Não     Não sei responder

Justifique sua resposta:

---

---

---

---

---

---

---

**29. A sua prática docente deve dialogar com a realidade do município em que se localiza a escola?**

- Sim     Não     Depende     Não sei responder

Justifique sua resposta:

---

---

---

---

---

---

---

**30. Na sua opinião, o processo educativo se dá:**

- Somente na escola     Em casa e na escola     Em todos os espaços.

**31. O professor é responsável pela aprendizagem do aluno(a)?**

Sim  Não  Em parte.

**32. A forma como o professor (a) ensina, interfere no aprendizado do(a) aluno(a)?**

Não  Sim  São coisas separadas.

**Grata pela colaboração na produção do conhecimento!**

## ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO PRÉ-VISITA DOMICILIAR (DISCENTE)

### Dados Gerais:

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_

Cidade/Estado de origem: \_\_\_\_\_

Considera-se:

( ) Negro ( ) Pardo ( ) Amarelo ( ) Branco ( ) Indígena ( ) Outro.  
Qual? \_\_\_\_\_

Pratica alguma religião?

( ) Não ( ) Sim. Se sim, qual? \_\_\_\_\_

Mora há quanto tempo em Águas Lindas? \_\_\_\_\_

Casa: ( ) Própria ( ) Alugada ( ) Cedida ( ) Financiada.  
Outro: \_\_\_\_\_

Participa de algum programa social.

( ) Não ( ) Sim. Se “sim”, qual? \_\_\_\_\_

Renda familiar R\$: \_\_\_\_\_.

Tem filhos? ( ) Não ( ) Sim. Se “Sim”, quantos? \_\_\_\_ Com quem os deixa para ir para a aula? \_\_\_\_\_

### Dados Acadêmicos:

#### 1. Fez o Ensino Fundamental em:

- ( ) Escola Pública  
( ) Escola Privada  
( ) Parte em escola pública, parte em escola privada.  
Foi bolsista? ( ) Sim ( ) Não.

#### 2. Quanto tempo passou fora da sala de aula, até entrar no Instituto Federal? \_\_\_\_\_

#### 3. Sentiu muita dificuldade ao retomar os estudos?

( ) Não. ( ) Sim.

Se "Sim", quais?

---

---

---

---

---

---

**4. O que a levou a interromper os estudos?**

---

---

---

---

---

**5. Tem dificuldades com escrita e/ou leitura?**

( ) Escrita ( ) Leitura ( ) Os dois

**6. Tem dificuldades com cálculos matemáticos?**

( ) Não ( ) Sim

**7. Por que escolheu o curso Técnico em Enfermagem?**

---

---

---

---

---

---

**8. Você acha o Instituto Federal diferente das outras escolas que já frequentou?**

( ) Não. ( ) Sim.

Fale sobre:

---

---

---

---

---

---

**9. Você tem dificuldades de compreender o conteúdo passado em sala de aula?**

( ) Não. ( ) Sim.

Se "Sim", por quais motivos:

---

---

---

---

---

---

**10. Possui boa relação com seus(uas) professores (as)?**

( ) Sim. ( ) Não. ( ) Mais ou menos.

**11. Passa por dificuldades financeiras?**

( ) Não. ( ) Sim.

Se “Sim”, estas dificuldades atrapalham o seu aprendizado?

---

---

---

---

---

---

**12. Costuma entender a linguagem, os termos que os professores utilizam em sala de aula?**

( ) Sim. ( ) Não.

**13. Os seus professores, são:**

( ) Acessíveis ( ) Pouco acessíveis ( ) Inacessíveis

**14. Se você precisar dialogar sobre algo na aula, que está te incomodando, eles (as) são:**

( ) Abertos(as) ao diálogo ( ) Fechados (as) ao diálogo

**15. Fora do horário de aula, você os(as) encontra:**

( ) Com facilidade ( ) Com dificuldade ( ) Não consigo encontrá-los(as)

**Observação:** Da questão 16 à questão 18, pode marcar mais de uma opção:

**16. Quando estou com dificuldade de aprender algo:**

- ( ) Procuo o(a) professor(a) da disciplina que estou tendo dificuldade.
- ( ) Procuo a coordenadora do curso.
- ( ) O Apoio ao Discente (pedagoga)
- ( ) Conto somente para alguns colegas mais próximos, e peço ajuda.

( ) Não procura ninguém, pois não me sinto à vontade.

**17. Quando estou com dificuldades financeiras e ou psicológico-emocionais:**

- ( ) Procuo algum(a) professor(a) em que tenha confiança.
- ( ) Procuo a coordenadora do curso.
- ( ) Procuo o Apoio ao Discente (Psicóloga) e a Assistência Estudantil ( Assistente Social).
- ( ) Conto só para alguns colegas, pois tenho vergonha.
- ( ) Vou me virando sozinha.

**18. Quando estou com problemas de relacionamento com o(a) professor(a):**

- ( ) Procuo o(a) próprio(a) professor(a) para resolver.
- ( ) Procuo a coordenadora do curso.
- ( ) Procuo o Apoio ao Discente (pedagoga e psicóloga).
- ( ) Procuo o diretor.
- ( ) Conto só para os(as) colegas.
- ( ) Fico quieta.

**19. Já pensou em desistir do curso?**

( ) Não. ( ) Sim. Se “Sim”,

Por quais motivos?

---

---

---

---

---

---

**20. Ao longo da sua vida escolar, já recebeu a visita de um professor em sua casa?**

( ) Sim. ( ) Não.

**21. Quais as principais dificuldades que você enfrenta para poder estudar?**

---

---

---

---

---

---

**Dados Profissionais**

**22. Trabalha fora?**

( ) Não. ( ) Sim.

Se “Sim”, aonde, o que faz e há quanto tempo?

---

---

---

**23. Trabalha de carteira assinada?**

( ) Não. ( ) Sim.

**24. Trabalha fora desde que idade?** \_\_\_\_\_

**25. Você é a única responsável pelo sustento da família?**

( ) Sim. ( ) Não. Se “Não”, quem mais contribui? \_\_\_\_\_

**26. O horário de trabalho atrapalha seu horário de estudo?**

( ) Sim ( ) Não

**Agradeço a colaboração**

**ANEXO 3 – QUESTIONÁRIO AVALIATIVO (PÓS-APLICAÇÃO DO PRODUTO)  
DOCENTE**

Nome: \_\_\_\_\_

Disciplina que ministra: \_\_\_\_\_

- 1. Quais variáveis sociais mais te chamaram a atenção na casa da estudante visitada? Exemplo: condições de habitação, emprego, composição familiar... Fale sobre:**

---

---

---

---

---

---

- 2. A partir dessa experiência, como percebe as políticas educacionais de inclusão? Exemplo: Reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, Política de Assistência Estudantil.**

( ) Necessárias ( ) Pouco necessárias ( ) Extremamente necessárias ( )  
Desnecessárias ( ) Extremamente desnecessárias

- 3. A partir do que pode observar vivenciando o espaço privado do aluno, como percebe a influência das questões observadas dentro de sala de aula?**

( ) Pouco influenciam em sala de aula ( ) Influenciam muito ( ) Não sei responder

- 4. Já havia visitado a casa de algum estudante, anteriormente?**

( ) Não ( ) Sim.

Se “Sim”, qual foi a finalidade da visita?

---

---

---

---

---

---

**Observação:** Nas questões abaixo, com exceção da nº 7, podem ser marcadas mais de uma alternativa.

- 5. Em relação à visita domiciliar:**

( ) Não vejo sentindo em fazer visita à casa do(a) estudante.  
( ) Estas visitas não colaboram nem com a aprendizagem do(a) estudante, tampouco com o ensino do professor.

- Visita domiciliar deve ser feita somente por Assistente Social.
- Quando bem guiada, a visita pode ser um bom instrumento para reflexão.
- A visita é um instrumento de aproximação e apreensão da realidade muito importante.
- Seria viável que todo(a) professor(a) fizesse uma visita aos seus alunos(as).

**6. Como se sentiu em relação à estudante, durante a visita?**

- Senti que ela ficou satisfeita em me receber.
- Senti que ficou tensa com minha presença.
- Senti que ficou feliz.
- Senti que não gostou muito.

Caso queira expressar outros sentimentos observados:

---

---

---

---

**7. A acolhida, foi:**

- Boa  Excelente  Mais ou menos  Não fui bem acolhido

**8. Em relação ao que observou durante a visita e sua prática em sala de aula:**

- Não consegui fazer relação entre o que vi e minhas aulas.
- As questões que foram observadas, em nada influenciam no processo de ensino-aprendizagem em sala de aula.
- Há influência das questões sociais em sala de aula.
- As questões socioeconômicas refletem na aprendizagem das minhas alunas.
- O que a estudante vive fora da escola não influencia na aprendizagem.

**9. Sobre o sujeito da EJA:**

- Senti que, realmente, não conhecia minhas alunas.
- Já tinha noção do que iria encontrar.
- Tinha uma vaga noção, e pude conhecer melhor.
- Passei a enxergar minhas alunas de forma diferente.
- Fez-me refletir sobre quem é o público da EJA.
- Não há necessidade de conhecer o aluno(a) para além da sala de aula.
- Não se pode misturar a vida particular do aluno com a vida escolar.

**10. Quanto à relação professor x aluna, pós-visita:**

- Sinto que mudou, ficamos mais próximos.
- Continua a mesma, não vi diferença.
- A aluna ficou mais à vontade, comigo.
- A aluna sentiu mais confiança em falar sobre o que passa fora da escola.
- Piorou, pois agora ela fica envergonhada quando me vê.

**11. Levando o que observou durante a visita para a sala de aula:**

- ( ) Passei a refletir maneiras de ensinar levando em conta a realidade visitada.
- ( ) Senti a necessidade de ser mais colaborativo(a)/compreensivo(a) com as privações/limitações das alunas.
- ( ) Acredito que meu plano de aula e minhas práticas em sala de aula, já levam em consideração as questões socioeconômicas.
- ( ) Não consegui fazer relação entre as duas coisas.
- ( ) Preciso rever meu plano de aula e prática de ensino.
- ( ) Pensei em desenvolver outras atividades com elas.

**12. Em relação à proposta de educação humana integral dos IFs, e a realidade socioeconômica dos estudantes:**

- ( ) Conhecer a realidade dos estudantes, nada tem a ver com essa proposta.
- ( ) Conhecer a realidade dos estudantes dialoga com essa proposta.
- ( ) Não sei responder.

**13. Quanto aos espaços educacionais:**

- ( ) Não vejo a casa/família como espaço educacional.
- ( ) A escola é o único espaço educacional
- ( ) A casa/família é um espaço educacional também.
- ( ) Qualquer espaço é educativo.
- ( ) Só existe educação se houver um professor (a)
- ( ) Existem diversos espaços educacionais, mas não se misturam.
- ( ) Existem diversos espaços educacionais, e eles interagem.

**Agradeço a colaboração para a melhoria do ensino e produção do conhecimento!**

**ANEXO 4 – QUESTIONÁRIO AVALIATIVO (PÓS-APLICAÇÃO DO PRODUTO)  
DISCENTE**

Nome: \_\_\_\_\_

Período que está cursando: \_\_\_\_\_

**1. Já havia recebido visitas domiciliares de entes públicos?**

( ) Não ( ) Sim. Se “Sim”, de qual instituição?! \_\_\_\_\_

**2. Já havia recebido a visita domiciliar de algum (a) professor(a)?**

( ) Não ( ) Sim.

**3. Ao receber o professor (a), você se sentiu?**

( ) Á vontade ( ) Envergonhada ( ) Feliz ( ) Constrangida

Caso queira, pode expressar com suas palavras outros sentimentos:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**4. Esse momento de encontro com o seu professor (a) fora da sala de aula, foi:**

( ) Muito importante ( ) Pouco importante ( ) Indiferente

**5. Há situações que você não teria contado ao professor, mas que ele pode observar na visita?**

( ) Não ( ) Sim.

Se “Sim”, qual(is)?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**6. Você acha que esta visita ajuda a melhorar a relação com seu professor em sala de aula?**

( ) Não. ( ) Sim.

Justifique:

---

---

---

---

---

**7. Você se sente mais à vontade com seu(a) professor (a) após recebê-lo(a) em casa?**

( ) Não ( ) Sim ( ) Não fez diferença

**8. O que achou da experiência?**

( ) Boa ( ) Ruim ( ) Não fez diferença.

**9. Repetiria?**

( ) Sim ( ) Não

**10. Você sentiu que durante a visita o professor (a) estava:**

( ) Tranquilo ( ) Nervoso ( ) Assustado ( ) Curioso ( ) Admirado ( ) Não percebi nada.

Caso necessite, pode expressar com suas palavras outros sentimentos observados:

---

---

---

---

**11. Sente-se mais a vontade com o professor que a visitou?**

( ) Não ( ) Sim.

Justifique:

---

---

---

---

---

**12. Quanto à prática da visita:**

( ) Todas as escolas deveriam adotar esta prática.

- Não vejo razão para recebermos visitas.
- Gostei da experiência. Senti mais próxima do professor, mais a vontade com ele.
- Achei constrangedora.

**13. Você acha que a relação professor(a) x aluno(a) pode melhorar se eles(as) conhecessem mais a fundo a realidade de seus alunos(as)?**

- Sim  Não  Talvez  Não sei responder.

**14. Caso queira fazer algum comentário/crítica/elogio e/ou observação:**

---

---

---

---

---

---

**Agradeço a colaboração!**

## **ANEXO 5 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “A visita domiciliar como instrumento sociopedagógico para a reflexão entre a prática pedagógica docente e a realidade socioeconômica discente.”, de responsabilidade de Flávia de Souza Brito, aluna de mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia – Campus Brasília. O objetivo desta pesquisa é subsidiar, por meio do instrumental da visita domiciliar, a prática pedagógica docente, a partir do contato com a realidade socioeconômica dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos do *campus* Águas Lindas. Assim, gostaria de consultá-lo (a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo (a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de um questionário diagnóstico semiestruturado, onde serão solicitados dados gerais, dados de formação acadêmica e de trabalho, além de questões que buscam a percepção sobre a realidade na qual estão inseridos, e sobre o conhecimento da proposta filosófica-político-pedagógica da Rede Federal. Após a visita guiada pelo roteiro (produto), será aplicado um questionário de avaliação semiestruturado abordando questões que busquem revelar, por meio de suas impressões, tanto professor (a), como aluna, o impacto da visita guiada.

Após a coleta dos dados dos segmentos envolvidos na pesquisa (antes e depois da visita guiada), buscaremos tratá-los por meio da análise de conteúdo. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. A participação discente na pesquisa implica no risco de constrangimento, por ter sua situação socioeconômica exposta, a partir do momento em que os docentes adentrarem o espaço privado de sua casa/família. Para tanto, alertaremos, previamente, os docentes participantes quanto à ética necessária para a lida com tal situação. Para os docentes, não há riscos.

Espera-se com esta pesquisa aproximar e fortalecer a relação professor x família; favorecer a relação estudante x professor em sala de aula, com base na sensibilização advinda do conhecimento da realidade concreta; colaborar para a revisão das práticas pedagógicas de sala de aula; evidenciar junto aos professores e estudantes, a proposta de educação humana integral assumida pela Rede Federal, mostrar quem é o sujeito da Educação de Jovens e Adultos e outros benefícios que podem vir a ser identificados pós-aplicação da pesquisa.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 98307-5007 ou pelo e-mail *flavia.brito@ifg.edu.br*.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de uma roda de conversa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário do Distrito Federal - CEP/UDF. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/UDF *cep@udf.edu.br*

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Assinatura do (a) participante  
(a)

Assinatura do (a) pesquisador

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## APÊNDICE B – CARTAS CONVITE ÀS AVALIADORAS

### CARTA CONVITE

A partir do projeto “**A visita domiciliar como instrumento sociopedagógico para a reflexão entre a prática pedagógica docente e a realidade socioeconômica discente**”, fruto da participação no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, da Rede Federal, eu, **Flávia de Souza Brito**, estou criando um produto educacional que possa ser aplicado na área de Ensino. O produto em desenvolvimento é um **Roteiro de Visita Guiada**, que seria testado por meio do instrumento da Visita Domiciliar. A testagem se daria pela aplicação de questionários pré e pós-visita domiciliar a 8 docentes e a 4 estudantes da Educação de Jovens e Adultos do Campus Águas Lindas. Essa seria a forma original de avaliação.

Diante do cenário de pandemia por Covid-19, a aplicação do produto que exige o contato com a realidade do estudante, torna-se inviável. Como forma alternativa de legitimá-lo como “aplicável”, foi criada uma comissão avaliativa, formada por profissionais da Educação, com expertise nas áreas envolvidas, para que possam apreciar a viabilidade do produto. Assim, convido a profissional da área de Ensino, Chefe de Departamento de Áreas Acadêmicas do Campus Águas Lindas de Goiás, **Fernanda Keley Silva Pereira Navarro** a compor a comissão, trazendo contribuições e o seu parecer quanto à relevância e aplicabilidade do produto. A avaliação ocorrerá de forma virtual, onde será apresentado o produto pretendido e a metodologia de aplicação.

Envio anexo à carta convite, o projeto de pesquisa, no qual podem ser verificados, entre outras coisas, os Procedimentos Metodológicos (item 5), o Plano de Desenvolvimento do Produto Educacional (item 5.1) e os questionários pré e pós-visita domiciliar (anexos), além do produto em aberto.

Desde já, agradeço a participação e contribuição.

Brasília, 04 de maio de 2020.

---

**Flávia de Souza Brito.**  
**Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica – Campus Brasília**

## CARTA CONVITE

A partir do projeto “**A visita domiciliar como instrumento sociopedagógico para a reflexão entre a prática pedagógica docente e a realidade socioeconômica discente**”, fruto da participação no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, da Rede Federal, eu, **Flávia de Souza Brito**, estou criando um produto educacional que possa ser aplicado na área de Ensino. O produto em desenvolvimento é um **Roteiro de Visita Guiada**, que seria testado por meio do instrumento da Visita Domiciliar. A testagem se daria pela aplicação de questionários pré e pós-visita domiciliar a 8 docentes e a 4 estudantes da Educação de Jovens e Adultos do Campus Águas Lindas. Essa seria a forma original de avaliação.

Diante do cenário de pandemia por Covid-19, a aplicação do produto que exige o contato com a realidade do estudante, torna-se inviável. Como forma alternativa de legitimá-lo como “aplicável”, foi criada uma comissão avaliativa, formada por profissionais da Educação, com expertise nas áreas envolvidas, para que possam apreciar a viabilidade do produto. Assim, convido a profissional da área de Pedagogia e Ensino, do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, **Janaína Karla Pereira da Silva Rodrigues Firmino** a compor a comissão, trazendo contribuições e o seu parecer quanto à relevância e aplicabilidade do produto. A avaliação ocorrerá de forma virtual, onde será apresentado o produto pretendido e a metodologia de aplicação.

Envio anexo à carta convite, o projeto de pesquisa, no qual podem ser verificados, entre outras coisas, os Procedimentos Metodológicos (item 5), o Plano de Desenvolvimento do Produto Educacional (item 5.1) e os questionários pré e pós-visita domiciliar (anexos), além do produto em aberto.

Desde já, agradeço a participação e contribuição.

Brasília, 04 de maio de 2020.

---

**Flávia de Souza Brito.**  
**Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica – Campus Brasília**

## CARTA CONVITE

A partir do projeto “**A visita domiciliar como instrumento sociopedagógico para a reflexão entre a prática pedagógica docente e a realidade socioeconômica discente**”, fruto da participação no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, da Rede Federal, eu, **Flávia de Souza Brito**, estou criando um produto educacional que possa ser aplicado na área de Ensino. O produto em desenvolvimento é um **Roteiro de Visita Guiada**, que seria testado por meio do instrumento da Visita Domiciliar. A testagem se daria pela aplicação de questionários pré e pós-visita domiciliar a 8 docentes e a 4 estudantes da Educação de Jovens e Adultos do Campus Águas Lindas. Essa seria a forma original de avaliação.

Diante do cenário de pandemia por Covid-19, a aplicação do produto que exige o contato com a realidade do estudante, torna-se inviável. Como forma alternativa de legitimá-lo como “aplicável”, foi criada uma comissão avaliativa, formada por profissionais da Educação, com expertise nas áreas envolvidas, para que possam apreciar a viabilidade do produto. Assim, convido a profissional do Serviço Social, da Coordenação de Assistência Estudantil do Campus Águas Lindas de Goiás, **Marcília Castellani Rocha Oliveira** a compor a comissão, trazendo contribuições e o seu parecer quanto à relevância e aplicabilidade do produto. A avaliação ocorrerá de forma virtual, onde será apresentado o produto pretendido e a metodologia de aplicação.

Envio anexo à carta convite, o projeto de pesquisa, no qual podem ser verificados, entre outras coisas, os Procedimentos Metodológicos (item 5), o Plano de Desenvolvimento do Produto Educacional (item 5.1) e os questionários pré e pós-visita domiciliar (anexos), além do produto em aberto.

Desde já, agradeço a participação e contribuição.

Brasília, 04 de maio de 2020.

---

**Flávia de Souza Brito.**  
**Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica – Campus Brasília**